

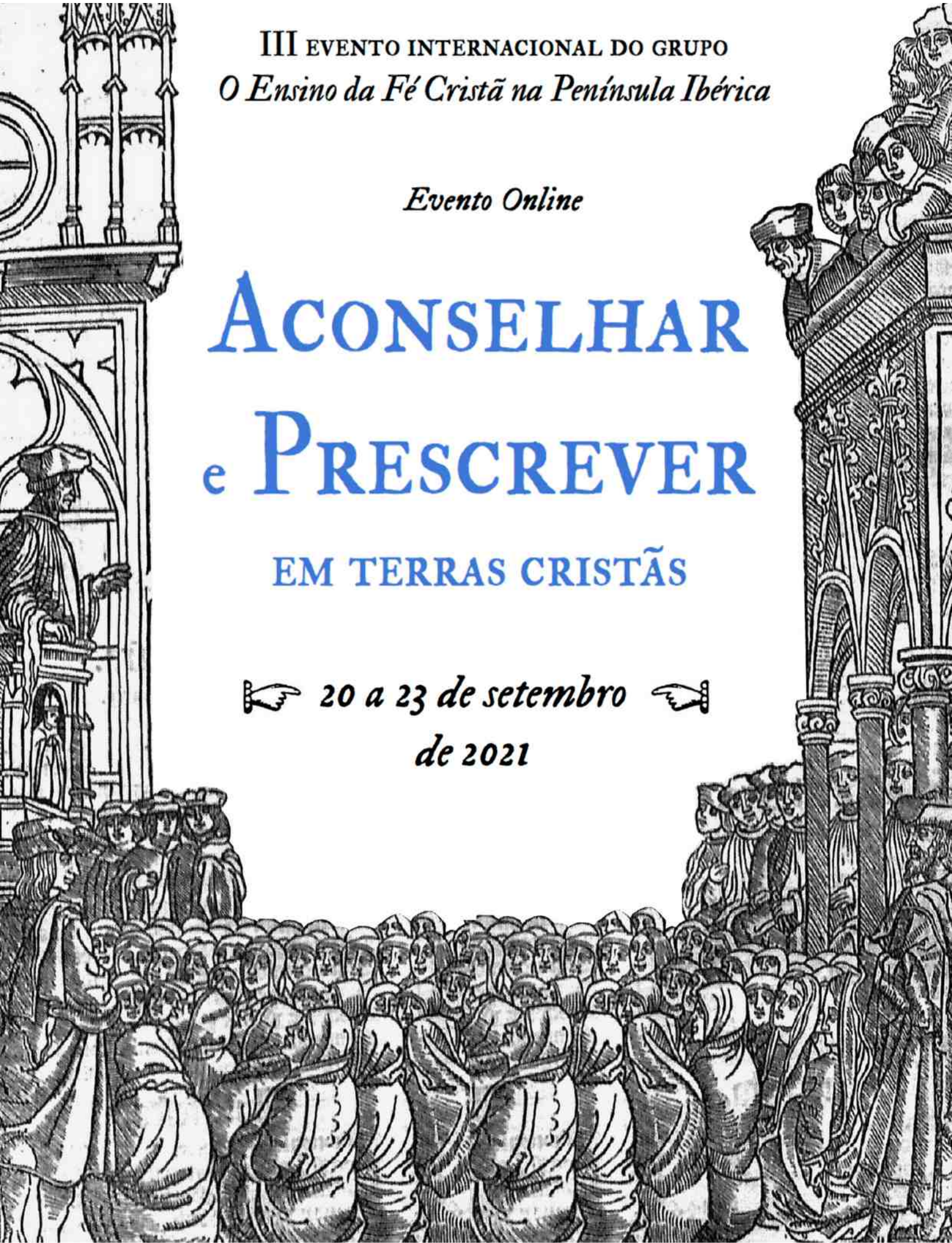
III EVENTO INTERNACIONAL DO GRUPO
O Ensino da Fé Cristã na Península Ibérica

Evento Online

ACONSELHAR e PRESCREVER

EM TERRAS CRISTÃS

👉 *20 a 23 de setembro* 👈
de 2021



GRUPO DE PESQUISA

“O ENSINO DA FÉ CRISTÃ NA PENÍNSULA IBÉRICA (SÉCS. XIV, XV E XVI)”

CADERNO DE RESUMOS

III EVENTO INTERNACIONAL

**ACONSELHAR E PRESCREVER
EM TERRAS CRISTÃS**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

2021

SUMÁRIO

CRONOGRAMA

PROGRAMAÇÃO

CADERNO DE RESUMOS

CONFERÊNCIAS

SIMPÓSIOS TEMÁTICOS

COMUNICAÇÕES

CRONOGRAMA

	SEGUNDA 20/09	TERÇA 21/09	QUARTA 22/09	QUINTA 23/09
MANHÃ	08H45: ABERTURA			
	09H00: MESA 1	09H00: MESA 3	09H00: MESA 5	09H00: MESA 6
	11H00: ST 1	11H00: ST 1	11H00: ST 1	
TARDE	13H30: MESA 2		13H30 MESA 4	13H30: MESA 7
	16H00: ST 4	14H00: ST 6	16H00: ST 2 ST 4 ST 5	16H00 ST 2
NOITE			19H30: ST 3	19H30 ST 3

PROGRAMAÇÃO

20.09.2021

08h45 – Abertura e Apresentação do Banco de Dados "Obras Pastorais e Doutrinárias"

Prof. Dr. Leandro Alves Teodoro (UNICAMP/UNESP)

09h00 – MESA 1: Recomendações diocesanas e senhoriais

Regressando aos sínodos diocesanos: norma, terminologia e prescrição nas dioceses portuguesas do século XIII

Profa. Dra. Maria João Branco (IEM/Universidade Nova de Lisboa)

Senhorio natural régio frente aos Iura Propria na tardo medievalidade ibérica

Profa. Dra. Fátima Regina Fernandes (UFPR)

Mediação: Prof. Dr. Leandro Alves Teodoro (UNICAMP/UNESP)

11h00 – Simpósio Temático 1 (Dia 1): O “engenho” do artista: modelos e preceptivas do saber artístico dos séculos XV a XVIII

Coordenadores: Profa. Sarah Dume (UNICAMP) e Prof. Dr. Mateus Alves Silva (UNICAMP)

Um classicismo descarnado? Notas sobre a arquitetura portuguesa quinhentista às lentes de um tratado do século XVI

Profa. Sarah Dume (Mestranda – UNICAMP)

"Saudades de D. Ignez de Castro", poema de Maria de Lara e Meneses, a herança do tema inesiano de Camões e de António Ferreira e a sua visão sob um ponto de vista feminino

Profa. Sara Gonçalves Machado (Mestranda – Universidade do Minho)

Gil Vicente e a defesa da política dos monarcas D. Manuel I e D. João III

Profa. Ma. Renata de Jesus Aragão Mendes (UEMA)

13h30 – MESA 2: Recomendações para o fortalecimento da alma

Los manuales de confesión: consejos para el confesor, prescripción para el penitente (siglos XIII-XV)

Profa. Dra. Adeline Rucquoi (CNRS)

D. Juan Manuel de Castela (1282-1348) e El libro de los Estados: uma análise sobre preceitos religiosos e políticos

Profa. Dra. Armênia Maria de Souza (UFG)

Livros para ser bom cristão: os casos de Granada, Congo e Canárias a finais da Idade Média

Prof. Dr. Francisco José Diaz Marcilla (IEM/Universidade Nova de Lisboa)

Mediação: Profa. Dra. Ana Carolina Machado de Souza (UNICAMP)

16h00 – Simpósio Temático 4: A privança como instrumento de poder: aconselhar, prescrever e dominar no Ocidente Medieval (X-XV)

Coordenadores: Profa. Ma. Ana Luísa Lourenço (UnB) e Dr. Thiago Magela (UFF)

A autoridade feminina de Santa Teresa D'Ávila ao reformar a Ordem dos Carmelitas e ao fundar mosteiros pela Espanha no século XVI

Profa. Maria Júlia Guimarães Salgado (UnB)

Considerações acerca da proliferação dos Pecados da língua e da presença judaica em Castela (séculos XIII e XIV) Leticia Daniele Diniz Vitor (UNICAMP)

Enquadramento Senhorial da Natureza: as coutadas régias na ascensão de Avis ao trono português

Prof. Me. Matheus Bastos Tarjano Santos (UFF)

21.09.2021

09h00 – MESA 3: Prescrições para as mulheres

Seguir, Obedecer, Contemplar: A formação da "Ordem das Irmãs Pobres" na Idade Média

Profa. Dra. Maria Filomena Andrade (Universidade Aberta/Portugal)

Poderes, corpos e performances de gênero no Tratado en defensa de virtuosas mujeres de Diego de Valera

Prof. Dr. Marcelo Lima (UFBA)

Mediação: Profa. Dra. Carolina Coelho Fortes (UFF)

11h00 – Simpósio Temático 1 (Dia 2): O “engenho” do artista: modelos e preceptivas do saber artístico dos séculos XV a XVIII

Coordenadores: Profa. Sarah Dume (UNICAMP) e Prof. Dr. Mateus Alves Silva (UNICAMP)

Arte e Engenho na tratadística de Francisco de Holanda (c.1518-1584)

Profa. Dra. Maria Luíza Zanatta (UFSM)

Retórica: del arte de la persuasión a modelo para la forma

Profa. Dra. Maria Cândida Ferreira de Almeida (Universidad de los Andes)

“He Ley do Reyno; e a melhor lei he sabella observar” – normativas do fazer arquitetônico no Império Português entre os séculos XVII e XVIII

Prof. Dr. Mateus Alves Silva

14h00 – Simpósio Temático 6: Conselho e aconselhamento na Península Ibérica

Coordenador: Prof. Dr. Douglas Mota Xavier de Lima (UFOPA)

Poder e escrita: as composições entre o rei D. Dinis e o infante D. Afonso, senhor de Portalegre (1281-1312)

Prof. Dr. Carlos Eduardo Zlatic (NEMED/UFPR)

As prescrições régias e pontificias nas doações e privilégios concedidos à Ordem Militar do Hospital em Portugal (Séculos XII-XV)

Prof. Dr. Dirceu Marchini Neto (UNIFESP)

D. Afonso, conde de Barcelos e duque de Bragança (c.1371-1461), e as ambivalências do aconselhamento no Portugal quatrocentista

Prof. Dr. Douglas Mota Xavier de Lima (UFOPA)

Conselhos sobre a educação política medieval no Livro da Doutrina

Prof. Dr. Luciano José Vianna (UPE)

“Eu, o sábio, tenho por amigo a Prudência” : aconselhar e deliberar nas monarquias ibéricas do século XVI

Prof. Dr. Marcello José Gomes Loureiro (Escola Naval/EN)

Aconselhamento e modelos femininos nas crônicas de Avis (Portugal, séc. XV)

Profa. Dra. Miriam Cabral Coser (UFRJ/ UNIRIO)

El papel de los consejeros en la construcción de la política exterior castellana en época bajomedieval

Prof. Dr. Néstor Vigil Montes (Universidad de Murcia)

22.09.2021

09h00 – MESA 5: Prescrições para combater heresias e proteger a conduta eclesiástica

Normas de conduta eclesiástica em tempos medievais: os estatutos do cabido da Sé de Coimbra de 1454

Profa. Dra. Maria do Rosário Morujão (Universidade de Coimbra)

"Para que não bebais do cálice dos demônios, reconhecei o corrupto!": conflito de normas e manipulação da percepção política nos Libri Tres Adversus Simoniacos (c.1058)

Prof. Dr. Leandro Rust (UNB)

Mediação: Prof. Dr. Douglas Mota Xavier de Lima (UFOPA)

11h00 – Simpósio Temático 1 (Dia 3): O “engenho” do artista: modelos e preceptivas do saber artístico dos séculos XV a XVIII

Coordenadores: Profa. Sarah Dume (UNICAMP) e Prof. Dr. Mateus Alves Silva (UNICAMP)

Letras simbólicas e Sibilinas: uma orientação iconográfica para as sibilas de Diamantina

Profa. Dra. Maria Cláudia Orlando Magnani (UFVJM)

A produção da pintura de quadratura em Vila Rica e Mariana entre 1750 e 1830

Profa. Ma. Valéria Sávia Tomé França (UFMG)

A concepção de cúpulas imaginárias na Capitania de Minas Gerais (1760-1787): assimilação e interpretação do conteúdo presente nos tratados de arte

Profa. Ma. Luciana Giovannini (UFMG)

13h30 – MESA 4: Recomendações de São Tomás de Aquino

Del reino de Chipre a la Corona de Castilla. Las traducciones al castellano De regno ad regem Cypri de Tomás de Aquino y sus contextos de recepción

Prof. Dr. David Nogales Rincón (Universidad Autónoma de Madrid)

A observância à lei como condição de ser cristão, segundo Tomás de Aquino

Profa Dra. Terezinha Oliveira (UEM)

Mediação: Prof. Dr. Francisco José Diaz Marcilla (Universidade Nova de Lisboa)

16h00 – Simpósio Temático 2 (Dia 1): Aconselhar em Terras Cristãs: períodos medieval e moderno, permanências e rupturas (XV-XVII)

Coordenadores: Prof. Dr. Franco A. Biondi (UNICAMP), Profa. Dra. Livia Torquetti (UNICAMP) e Profa. Andrezza Canova Pigaiani (UNICAMP)

The origin of the Protestant Reformation in Europe: the fundamental principles of Early Protestant Theology

Profa. Ma. Bertina Salliu (Institute for Albanian and Protestant Studies)

Conselhos médicos na corte de Juan II: Alonso de Chirino e suas prescrições para o bom cuidado de si na coroa de Castela (século XV)

Prof. André Silva Ranhel (UNESP)

Conselhos de corpo e alma: prescrições e remédios contra heresias e superstições em tratados espanhóis dos séculos XVI e XVII

Profa. Ma. Nara Barrozo Witzler (UNICAMP)

16h00 – Simpósio Temático 4 (Dia 2): A privança como instrumento de poder: aconselhar, prescrever e dominar no Ocidente Medieval (X-XV)

Coordenadores: Profa. Ma. Ana Luísa Lourenço (UNB) e Prof. Dr. Thiago Magela (UFF)

As estratégias de propaganda alfonsina na legitimação das suas relações com a aristocracia castelhana em meados do século XIII

Profa. Dra. Renata Vereza (UFF)

Instrumentos de poder e organização institucional: Os ofícios domésticos nas ordenações de corte de Pedro IV de Aragão (1344)

Prof. Me. Renato Toledo Silva Amatzuzi (UFPR)

Monarquia como objeto de disputa entre as elites senhoriais

Prof. Dr. Almir Marques de Souza Júnior

A fonte histórica de Al-Andalus de Ibn Al-Kardabus

Prof. Me. Éderson José de Vasconcelos (UNIFAL)

16h00 – Simpósio Temático 5: Instruir em letras cristãs na América colonial

Coordenadores: Profa. Dra. Maria Emília Granduque José (UNESP) e Profa. Dra. Ana Carolina Machado de Souza (UNICAMP)

El "confesionario breve" de Fray Alonso de Molina (1565)

Prof. Dr. Manuel Ortuño Arregui (Instituto Superior de Ciencias y Educación – CUISCE)

Os indígenas e a fé cristã na Peregrinación de Bartolomé Lorenzo, de José de Acosta (1586)

Prof. Dr. Luís Guilherme Assis Kalil (UFRRJ)

A oficina de Miguel Deslandes e os escritos jesuíticos em Portugal na segunda metade do século XVII

Profa. Dra. Ane Luíse Silva Mecenass Santos (UFRN)

19h30 – Simpósio Temático 3 (Dia 1): A ortodoxia e a defesa da fé cristã na Idade Média

Coordenadores: Profa. Dra. Patrícia Antunes Serieiro Silva (USP) e Prof. Dr. Thiago Henrique Alvarado (UNESP)

O casamento na mira do opúsculo “De Seta Machometi” (século XIII)

Guilherme Barbosa dos Santos (Unicamp)

Práticas penitenciais no Portugal dos séculos XIV e XV

Prof. Eduardo Lima de Souza (UNESP/ Franca)

Os leigos nas constituições sinodais: reforma do mundo laical português (séculos XV e XVI)

Diovani Matheus Marques (UNICAMP)

Práticas de justiça em Pernambuco (séc. XVI)

Profa. Raíssa Toledo de Oliveira (UFPE)

23.09.2021

09h00 – MESA 6: Prescrições médicas

Sobre "os remédios que se devem aplicar aos enfermos": prescrições médicas em receituários jesuítas do Setecentos

Profa. Dra. Eliane Deckmann Fleck (UNISINOS)

Mujeres y prevención: el rol de espacios y prácticas femeninas en el desarrollo de la salud pública chilena (1750-1877)

Profa. Dra. Alexandrine Marie De La Taille Tretnville Urrutia (Universidad de los Andes)

Mediação: Profa. Dra. Maria Emília Granduque José (UNESP)

13h30 – MESA 7: Corrigir e disciplinar nos tempos modernos

Ensinar/Doutrinar e disciplinar antes e depois de Trento: textos e práticas

Profa. Dra. Zulmira C. Santos e Profa. Dra. Paula Cristina Almeida Mendes (Universidade do Porto)

Polêmica anti-judaica enquanto literatura prescritiva. A quem se dirigiam os tratados contra os judeus publicados em Portugal? (sécs. XVI-XVIII)

Prof. Dr. Bruno Feitler (UNIFESP)

O clero e a Inconfidência Mineira: atos de prescrever rebeliões nas Minas Gerais do final do século XVIII

Prof. Dr. André Figueiredo Rodrigues (UNESP)

Mediação: Prof. Dr. Leandro Alves Teodoro (UNICAMP/UNESP)

16h00 – Simpósio Temático 2 (Dia 2): Aconselhar em Terras Cristãs: períodos medieval e moderno, permanências e rupturas (XV-XVII)

Coordenadores: Prof. Dr. Franco A. Biondi (UNICAMP), Profa. Dra. Livia Torquetti (UNICAMP) e Profa. Andrezza Canova Pigaiani (UNICAMP)

A educação como promotora de virtude no Égalité des Hommes et des Femmes de Marie de Gournay

Profa. Raquel Baptista Mariani (UNICAMP)

Aconselhar e instruir para a salvação da alma cristã na visão de Túndalo

Prof.as Dr.as Adriana Maria de Souza Zierer/ Solange Pereira Oliveira
(UEMA/BRATHAIR)

Entre cristãos e kirishitan: modelos evangelizadores e práticas religiosas no início das missões no Japão (1549-1579)

Prof. Victor Laubenstein (UNICAMP)

Ensinando por textos, as Narrativas Medievais de Viagens ao Além no mosteiro de Alcobaça: Navegação de São Brandão, Conto de Amaro e Viagem de Trezenzónio

Profa. Ma. Rachel Meyrelles Gonçalves Lima (UFAM)

19h30 – Simpósio Temático 3 (Dia 2): A ortodoxia e a defesa da fé cristã na Idade Média

Coordenadores: Profa. Dra. Patrícia Antunes Serieiro Silva (USP) e prof. Dr. Thiago Henrique Alvarado (UNESP)

Apocalípticos e coloridos: apontamentos sobre o uso de cores no Apocalipse de Lorvão (Manuscrito Ordem de Cister, Mosteiro de Lorvão, códice 44)

Prof. Dr. Gesner Las Casas Brito Filho (Labora-USP)

A análise de Discurso Crítico como metodologia para fontes tardo-antigas: um exercício em Historiae Adversus Paganos (século V)

Profa. Ana Carolina Picoli Sotocorno (UNESP/Franca)

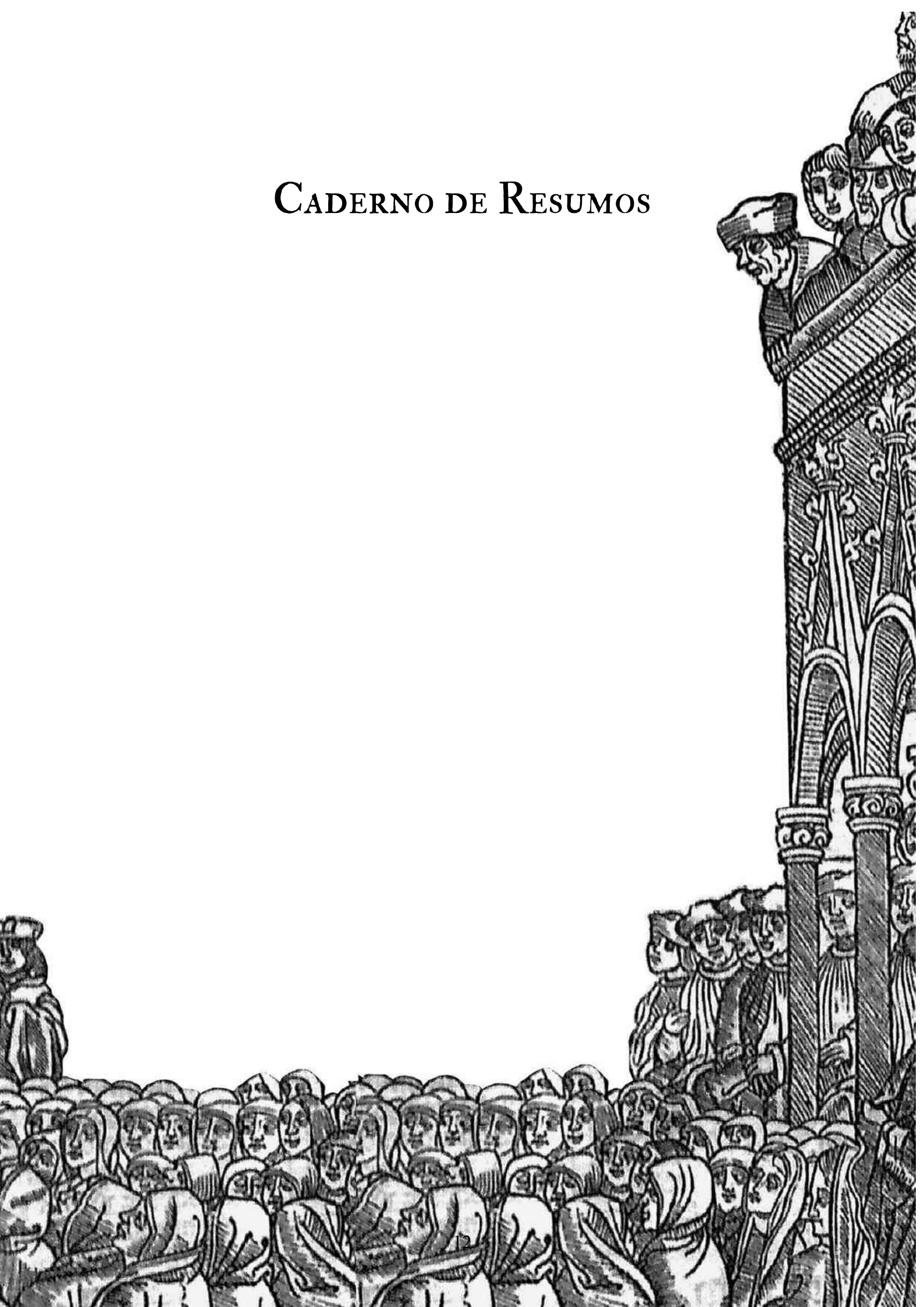
A morte de Herbert II de Vermandois ou a politização da moral cristã

Prof. Me. Bruno Casseb Pessoti (UFBA)

Saberes e dizeres: o discurso normativo na Península Ibérica

Prof. Alan Rebouças Pereira (UFBA)

CADERNO DE RESUMOS



CONFERÊNCIAS

20.09.2021

09h00 – MESA 1: Recomendações diocesanas e senhoriais

Regressando aos sínodos diocesanos: norma, terminologia e prescrição nas dioceses portuguesas do século XIII

Profa. Dra. Maria João Branco (IEM/Universidade Nova de Lisboa)

Definidos desde cedo como instrumentos de controle e disseminação da norma relativa aos costumes e à rectidão das práticas e organização das igrejas sob a autoridade de uma diocese e dos homens que as serviam, os sínodos diocesanos são uma fonte excepcional para compreender as relações entre a fonte de norma e os seus recipientes, e para entender como se entende e percebe o que é norma e o que é prescrição, de um lado e do outro destes dois mundos, onde o local e o global confluem. Não são muito numerosos, e ainda menos extensos, os dezassete sínodos que se realizaram em Portugal durante o século XIII. Mas tendo em vista a forma como conhecemos os contextos em que se realizaram, as questões candentes que lhes estavam subjacentes e o ambiente e actores desses anos num Portugal política e religiosamente incandescente, os resultados que um inquérito como aquele a que os submetemos proporcionam, são elementos que interessa partilhar e debater. “Norma e desvio”, como já há muitos anos lhes chamei, quando analisava apenas uma parte destes ricos documentos, revelava apenas uma ponta de um iceberg que merece ser melhor explorado. Esta comunicação procurará, assim, analisar e discutir o conceito de norma no seu próprio tempo, a ideia dos efeitos da prescrição nos comportamentos colectivos e a terminologia utilizada como forma de apresentar aos homens a quem era necessário persuadir a mudar – pela sedução ou pela força – as bases a partir das quais se devia operar essa mesma mudança. Neste contexto, o elenco dos problemas focados e as questões recorrentes assumem uma importância relevante. A uma tipologia terminológica, necessariamente mais restrita, far-se-á contrapor uma dupla tipologia de questões e de prescrições. Com esta base, partiremos para uma observação mais detalhada da forma como a norma e a prescrição andam de mãos dadas e como em conjunto terão servido os intentos de todos que se dedicavam à tentativa vã de domesticar e unificar costumes e mentalidades que teimavam em resistir à sempre perseguida unidade.

Senhorio natural régio frente aos Iura Propria na tardo medievalidade ibérica

Profa. Dra. Fátima Regina Fernandes (UFPR)

Abordaremos neste trabalho a dinâmica de correlação e covigência de várias fontes de Direito na tardo medievalidade ibérica configurando o que se convencionou chamar de pluralismo jurídico medieval. Desde os séculos XII e XIII, os agentes formados nas Universidades de Direito, os juristas, levariam aos reinos da latinidade os debates acerca da renovação dos estudos de Direito romano e atualização do direito justinianeu às suas realidades políticas particulares contribuindo para a construção de uma cultura jurídica

embasada pelo Direito Comum (*Ius Commune*). No entanto, este movimento não levaria à exclusão imediata dos direitos particulares vigentes (*Iura propria*), mas a um paulatino processo de hierarquização em relação aos princípios de validade mais geral enunciados pela Corte régia, especialmente a partir dos séculos XIV e XV. O conceito de senhorio natural pré-existente ganharia dimensões de aplicação e alcance que ultrapassariam o âmbito e universo de aplicação do Direito feudal, vinculando a monarquia aos naturais de sua terra e do reino. A dimensão dialética deste Direito medieval defendida por António Manuel Hespanha promovia um diálogo indispensável entre a *opinio communis doctorum* e o consenso social sobre a validade dos valores defendidos pelas formulações normativas naquela comunidade em que se aplicava, conservando a dimensão social deste Direito e a singularidade jurídica portuguesa que as Ordenações portuguesas, especialmente as Afonsinas, pretendiam reforçar. Uma abordagem na linha da História do Direito aplicada ao contexto de segunda metade do século XIV no reino português, cujo desenvolvimento se realiza a partir da legislação portuguesa coligida nas referidas ordenações, além da coleção legislativa das *Siete Partidas* e arcabouço teórico historiográfico e jurídico relativo ao tema proposto.

13h30 – MESA 2: Recomendações para o fortalecimento da alma

Los manuales de confesión: consejos para el confesor, prescripción para el penitente (siglos XIII-XV)

Prof.a. Dra. Adeline Rucquoi (CNRS)

El sacramento de la confesión y el papel del confesor cambiaron varias veces a lo largo de la historia. A la confesión pública, que sólo se realizaba una vez en la vida, al final de la Cuaresma y ante el obispo, sucedió la confesión privada y reiterable, difundida a partir de las islas celtas y anglosajonas. Pese a la oposición de los Padres de la Iglesia hispana y de la de Iglesia carolingia, la penitencia "tarifada" - a cada pecado le corresponde una penitencia -, dada por cualquier sacerdote y no por el obispo, reemplazó la antigua penitencia pública a partir del siglo VIII. Aparecieron los "Manuales de confesores" en los que se detallaban los pecados y se señalaba la penitencia adecuada a cada uno. El de Burcardo de Worms, probablemente redactado hacia 1008-1012, pasa así revista a 55 pecados de todo tipo. La pena impuesta o "reparación" mediante oraciones, ayunos o limosnas borraba la culpa. En los siglos XII y XIII, el papel del sacerdote adquiere una mayor importancia a la vez que la "contrición", el arrepentimiento del penitente, se vuelve más importante que la "reparación". Los "Manuales de confesores" quieren en adelante hacer del confesor un "médico" de la vida espiritual, capaz de evaluar la gravedad del pecado en función del pecador, y por lo tanto de dar la penitencia más apropiada en cada caso. El modelo de esos manuales que aconsejan al confesor para que éste prescriba una penitencia "personalizada" antes de dar la absolución al penitente es la *Summa confessorum* de Thomas de Chobham, escrita hacia 1216. En los siglos XIV y XV, el confesor tendrá a su disposición un manual en el que se le indicará no solamente las preguntas que debe hacer al penitente, sino las que debe de hacer a cada uno según su estado o condición: ¿qué hay que preguntarle a un rey? ¿qué se le debe de preguntar a un mercader? ¿a una mujer joven? En Castilla, el *Libro de las confesiones* de Martín Pérez (1315) es el primero de una sucesión de manuales así concebidos.

D. Juan Manuel de Castela (1282-1348) e El libro de los Estados: uma análise sobre preceitos religiosos e políticos

Profa. Dra. Armênia Maria de Souza (UFG)

D. Juan Manuel, infante de Castela, nasceu na cidade de Escalona (Toledo), em 5 de maio de 1282 e faleceu em Murcia em 13 de junho de 1348. Além de exercer papel de destaque no universo da política, foi um expoente da cultura castelhana de seu tempo. Obteve sólida formação na corte de seu primo D. Sancho IV de Castela e foi tutor de D. Alfonso XI (1325-1350) durante a sua menoridade, para quem dirigiu muitas de suas preleções no *Libro de los estados*. Neste sentido, analisaremos o seu pensamento acerca do modelo ideal de governante em suas obras de caráter didático moral como o *Libro de los estados* ou o *Libro del Infante* (1330) e *El libro enfenido* (1334-1337), este, um espelho de conduta dedicado a seu filho D. Fernando.

Livros para ser bom cristão: os casos de Granada, Congo e Canárias a finais da Idade Média

Prof. Dr. Francisco José Diaz Marcilla (IEM/Universidade Nova de Lisboa)

Esta comunicação visa analisar os livros utilizados pelos missionários que foram evangelizar o recém-conquistado reino muçulmano de Granada, o reino do Congo e as ilhas Canárias na última década do século XV e primeiras do XVI. Em todos os casos, há uma presença constante da filosofia de Raimundo Lúlio, cujas bases teológicas respondiam à perfeição ao ideal de conversão de jerónimos, franciscanos e *lóios*, ou seja, as ordens que protagonizaram o processo evangelizador aqui estudado. O trabalho pretende debruçar-se, quer sobre o conteúdo dos manuscritos que transmitiram os textos utilizados pelos missionários, quer sobre a transmissão dos manuscritos que continham esses textos.

21.09.2021

09h00 – MESA 3: Prescrições para as mulheres

Seguir, Obedecer, Contemplar: A formação da "Ordem das Irmãs Pobres" na Idade Média

Profa. Dra. Maria Filomena Andrade (UAb; UCP-CEHR; IEM-FCSH/UNL)

A vida e a vocação clariana que entroncam na de Francisco, Mestre e guia espiritual de Clara baseiam-se na *sequela Christi*, o seguimento de Cristo, na clausura, na pobreza, na castidade e na obediência. São estes os princípios fundamentais que transmitem a tradição e o desejo de Clara e das suas primeiras companheiras e que, por isso, são a base da instrução e formação daquelas que se querem entregar totalmente a Deus como “irmãs pobres” ou “sorores inclusae”. Com base nos escritos conhecidos de Santa Clara tentaremos mostrar as bases da espiritualidade e da vida clariana, tendo sendo como horizonte as comunidades femininas da Idade Média portuguesa, especialmente as que no século XV adotaram os ideais de Clara e da sua regra por meio da reforma coletina.

Poderes, corpos e performances de gênero no Tratado en defensa de virtuosas mujeres de Diego de Valera

Prof. Dr. Marcelo Lima (UFBA)

Diego de Valera é um autor baixo-medieval conhecido por diversas obras poético-literárias, cronísticas, genealógicas, filosófico-panegíricas e doutrinárias. Nesta palestra, meu objetivo é discutir como as concepções de feminilidades e masculinidades fundamentaram as temáticas, as performances das personagens e as perspectivas político-culturais presentes no *Tratado en defensa de virtuosas mujeres*. Desejo problematizar igualmente os aspectos vertebrais da obra, os múltiplos e complexos arranjos histórico-literários e políticos, e sobre as experiências discursivas baseadas nas diretrizes de gênero.

13h30 – MESA 4: Recomendações de São Tomás de Aquino

Del reino de Chipre a la Corona de Castilla. Las traducciones al castellano De regno ad regem Cypri de Tomás de Aquino y sus contextos de recepción

Prof. Dr. David Nogales Rincón (Universidad Autónoma de Madrid)

De regno ad regem Cypri, redactado por Tomás de Aquino entre 1265 y 1267 y dirigido al rey de Chipre Hugo II de Lusignan, conoció dos traducciones al castellano en época bajomedieval, con un primer romanceamiento –que incluiría la continuación de Tolomeo de Lucca– realizado por un traductor anónimo, probablemente en el tránsito del siglo XIV al siglo XV (Real Biblioteca del Monasterio de San Lorenzo de El Escorial, ms. f-III-3 y f-III-4), al que siguió una segunda traslación en torno a los años 1475-1477 por iniciativa del prior general de la Orden de San Jerónimo, fray Juan Ortega de Maluenda, dirigida a Fernando el Católico (Real Biblioteca, II/3569). La presente comunicación buscará estudiar la recepción de este tratado en el ámbito de la Corona de Castilla, incidiendo tanto en la contribución de la tradadística occidental en la definición de la cultura política castellana de fines de la Edad Media como en los contextos político y cultural en los que dicha recepción tuvo lugar.

A observância à lei como condição de ser cristão, segundo Tomás de Aquino

Profª. Dra. Terezinha Oliveira (UEM)

O objetivo desta exposição é refletir acerca da importância da lei como condição de ser cristão, segundo Tomás de Aquino. Nossas formulações são norteadas pela questão 90 ‘A essência da lei’, parte I^a-II^{ae} da *Suma Teológica*. A nosso ver, essa questão apresenta, em linhas gerais, a concepção do mestre Tomás em relação às leis e sua influência na sociedade. Nessa Questão, como em muitas outras, o mestre dominicano destaca que a condição para que o homem aceite e siga a lei está na sua condição intelectual. Nesse sentido, é a existência dessa potência intelectual que lhe permite agir com a razão, portanto, capaz de instituir e conservar a vida em comum. É, pois, sob esta condição de Ser, portador de intelecto e capaz de fazer uso da razão, que o homem pode ser considerado semelhante a Deus. Ainda que nunca atinja a condição de perfeição divina porque Deus é um ser perfeito, o homem, ao ser cristão e fazer uso da sua capacidade intelectual, pode elaborar, cumprir e fazer cumprir a lei. Assim, essa exposição busca

estabelecer liames entre a lei e o intelecto como meio para compreender a lei e ser cristão no século XIII.

22.09.2021

09h00 – MESA 5:

Prescrições para combater heresias e proteger a conduta eclesiástica

Normas de conduta eclesiástica em tempos medievais: os estatutos do cabido da Sé de Coimbra de 1454

Profa. Dra. Maria do Rosário Morujão (Universidade de Coimbra)

Em 2006, contribuí para a obra de homenagem que a Faculdade de Letras da Universidade do Porto dedicou ao Prof. Doutor José Marques com a edição dos estatutos do cabido da Sé de Coimbra promulgados em 1454. O espaço para cada artigo era limitado, pelo que praticamente me limitei, então, à publicação desta rica e importante fonte, prometendo levar a cabo mais tarde o seu estudo. A oportunidade de o fazer surge agora, no âmbito deste Colóquio sobre o tema "Aconselhar e prescrever em terras cristãs", dado que os estatutos, precisamente, prescrevem as normas de conduta a seguir pelos cónegos da catedral. Dispersas até aí em vários textos, ou baseando-se apenas no costume que ao longo do tempo fora sendo posto em prática na canónica de Coimbra, essas normas foram actualizadas em 1454, passando a estar codificadas num único texto aprovado pelos membros do cabido, que seria lido mensalmente, "por todos o saberem e averem delles boa nembrança". O seu estudo permite conhecer toda uma série de aspectos da vida canonical, desde as presenças nos ofícios litúrgicos à concessão de benefícios, da forma de distribuição das prebendas aos procedimentos a seguir para agendar as reuniões do cabido.

"Para que não bebais do cálice dos demônios, reconhecei o corrupto!": conflito de normas e manipulação da percepção política nos Libri Tres Adversus Simoniacos (c.1058)

Prof. Dr. Leandro Rust (UnB)

Composta pelo cardeal Humberto de Silva Cândia no final da década de 1050, *Três Livros Contra os Simoníacos* é obra de destaque na historiografia. Quer seja encarada como o pequeno tratado que sistematizou a "controvérsia sem precedentes" contra a autoridade laica, como um texto fundador do "programa reformador gregoriano" ou como opúsculo que impulsionou a agenda ideológica da "Revolução Papal", os capítulos redigidos pelo cardeal Humberto surgem como peça-chave para qualquer tentativa de compreender a ascensão política do Papado e a formação de um novo regime de poderes eclesiásticos para aconselhar, prescrever, coagir e reprimir. Com efeito, seu aparecimento teria expressado a autocompreensão do bispado romano como centro difusor de um novo *esprit de corps* a respeito da corrupção clerical. Porém, há indícios de que a obra tenha sido escrita visando uma finalidade diversa. É plausível considerar que o cardeal não visasse harmonizar as diretrizes e práticas vigentes em Roma, fixando em letra a unidade corporativa em torno da "reforma papal", mas que seu objetivo tenha sido o oposto: publicizar divergências do clero pontifício e deflagrar

uma etapa virulenta de competição ideológica entre visões reformadoras. É possível que *Três Livros Contra os Simoníacos* tenha acirrado a disputa pelas normas eclesiais dentro do próprio Papado, manipulando a percepção da audiência para classificar vozes influentes na Santa Sé como corruptas. Eis a hipótese que defenderei nesta palestra.

23.09.2021

09h00 – MESA 6: Prescrições médicas

Sobre "os remédios que se devem aplicar aos enfermos": prescrições médicas em receituários jesuítas do Setecentos

Profa. Dra. Eliane Deckmann Fleck (UNISINOS)

Ainda no século XVII, muitos dos missionários jesuítas enviados às terras de missão da América hispânica dedicaram-se à coleta e a experimentos com plantas nativas existentes nas imediações dos colégios e das reduções em que atuaram. No século seguinte, através das correspondências e de cópias de tratados e receituários, os irmãos e padres encarregados das artes de curar fizeram circular saberes e práticas terapêuticas, resultantes de suas observações e experiências, tanto entre as reduções e os colégios da Província Jesuítica do Paraguai, quanto entre estes e aqueles instalados na Europa. Entre os tratados e receituários produzidos por jesuítas no Setecentos, destacam-se a *Materia Medica Misionera* (1710), o *Libro de Cirugía* (1725) e o *Paraguay Natural Ilustrado* (1771-1776). Nesta comunicação, apresentamos e discutimos algumas das prescrições médicas presentes nestas obras, considerando as experimentações com a flora e a fauna nativas, as adaptações de receitas indicadas para o tratamento de certas enfermidades, as observações das práticas curativas empregadas pelos indígenas, bem como do diálogo que seus autores mantiveram com obras clássicas e contemporâneas de Medicina, Farmácia e Cirurgia.

Mujeres y prevención: el rol de espacios y prácticas femeninas en el desarrollo de la salud pública chilena (1750-1877)

Profa. Dra. Alexandrine Marie De La Taille Tretinv Urrutia (Universidad de los Andes)

Esta presentación es la primera aproximación a un proyecto de investigación que reconstruye los espacios y prácticas femeninas que permitieron en Chile una cultura enfocada a la prevención sanitaria entre 1750 y 1877. Propone que durante los siglos XVIII y XIX, progresa y se consolida un mecanismo propio de mujeres, que busca proteger a la población ante la enfermedad, paralelamente a las medidas de la Corona y el Estado, mediante la educación. Se analizan los diferentes espacios e instituciones, donde estas prácticas instructivas y sanitarias se llevan a cabo, por ejemplo, los monasterios antiguos de Santiago; cuya labor se complementa con las órdenes activas decimonónicas y las asociaciones de caridad, lideradas por mujeres que también atendían enfermos, como el Instituto de Caridad Evangélica Hermandad de los Dolores. En el siglo de las luces, las mujeres transmiten sus saberes mediante una educación sanitaria de tintes barrocos e ilustrados en los conventos, dirigida a una amplia gama de mujeres, tanto en la enfermería, como en la vida cotidiana. Con la República y la escolarización de la mujer, se moderniza la enseñanza, las alumnas se relacionan con la

cultura escrita y el aprendizaje de la prevención es parte de los planes de estudios, de establecimientos públicos y privados.

13h30 – MESA 7: Corrigir e disciplinar nos tempos modernos

Ensinar/Doutrinar e disciplinar antes e depois de Trento: textos e práticas

Profa. Dra. Zulmira C. Santos e Paula Cristina Almeida Mendes (Universidade do Porto)

Na Europa ocidental, desde a Antiguidade, a difusão de modelos de comportamento conheceu uma significativa recepção nos domínios religioso, pedagógico e moral. No caso português, sobretudo ao longo da Baixa Idade Média, várias obras que se inscrevem no filão da literatura moral e doutrinária – como, por exemplo, o *Leal Conselheiro* de D. Duarte – ou no veio da literatura de espiritualidade de pendor didáctico – como o *Horto do Esposo* – atestam essa orientação que, como é sabido, conhecerá contornos mais acentuados a partir do século XVI, na esteira das reflexões de teólogos e de humanistas como Erasmo e Juan Luis Vives. Muitos desses textos privilegiaram o desenvolvimento e a cristalização de «programas» de formação e de instrução cristã: a título de exemplo, lembremos o *Ensino Christão* (1539). Esta moldura poder-se-á considerar amplificada após o Concílio de Trento, na sequência da estratégia de disciplinamento que a Igreja católica colocou em marcha, direccionada a todas as esferas da sociedade. Tendo em conta este contexto, tornar-se-á compreensível o peso que o texto – e também a imagem – vão assumindo na moldura do catolicismo nos tempos pós-Trento, norteadas por conceitos como a «policia cristã» e os «bons costumes». Deste modo, a prática da catequese e a inculcação de pautas comportamentais que deveriam orientar a educação dos fiéis, desde a infância alcançam uma clara centralidade na moldura literária: assim o testemunha um conjunto de obras de tónica didáctica e espiritual, de que são exemplo o *Catecismo* (1564) de D. Fr. Bartolomeu dos Mártires, a *Doutrina Christã* que o Padre Marcos Jorge compôs, por volta de 1561, e à qual o Padre Inácio Martins introduziria algumas «adições», o *Tratado da boa criação* (1633) de Fr. Pedro de Santa Maria ou a *Arte de criar bem os filhos* (1685) do Padre Alexandre de Gusmão. Por outro lado, é bem sabido como vários textos de natureza política, ao longo da Época Moderna, equacionaram a problemática em torno do paradigma do «perfeito príncipe cristão». Com efeito, como já foi realçado por uma ampla bibliografia, o Concílio de Trento inaugurou um período de renovação relativamente à forma de conceber e redigir os «espelhos de príncipes» e «artes de vida», impulsionando um vasto programa de matriz reformadora e didáctica dirigido aos príncipes cristãos católicos, concretizado em textos que, cada um a seu modo, insistem, muito significativamente, na necessidade e na obrigação que aqueles têm de praticar as virtudes cardeais, assim como na obrigação de serem clementes, afáveis, bondosos e, sobretudo, sábios no exercício do governo e nas relações com os seus súbditos, de molde a garantir a paz no seio do(s) seu(s) estado(s) e entre os estados.

Polêmica anti-judaica enquanto literatura prescritiva. A quem se dirigiam os tratados contra os judeus publicados em Portugal? (sécs. XVI-XVIII)

Prof. Dr. Bruno Feitler (UNIFESP)

Um ramo pouco conhecido e até insuspeitado da produção literária do Antigo Regime luso-brasileiro e ibérico é o da literatura de polêmica antijudaica, e isto apesar da importância da questão dos descendentes dos judeus, ou seja, dos chamados ‘cristãos-novos’ durante quase toda a época moderna. Este problema, a princípio aparentemente religioso, tomou formas sociais e políticas de grande impacto, e a produção literária tratando especificamente do tema ganhou assim também importância, não só pelo que toca seu volume, mas igualmente seus significados e objetivos. Após um panorama dessa produção literária no mundo português da época moderna, esta comunicação explorará o quanto essas obras puderam ter sido pensadas como instrumentos de doutrinação não de judeus (ou cristãos-novos judaizantes), mas dos próprios católicos.

O clero e a Inconfidência Mineira: atos de prescrever rebeliões nas Minas Gerais do final do século XVIII

Prof. Dr. André Figueiredo Rodrigues (UNESP)

Na história da Inconfidência Mineira, que foi uma proposta de revolta que pretendia romper o poder português na região do atual Estado de Minas Gerais em 1789, o papel desempenhado pelo clero, que se constituía como a elite ilustrada da capitania do ouro no século XVIII e que teve membros religiosos envolvidos dentre os seus participantes, merece ser apresentado, tendo-se por base discussões sobre a participação eclesiástica no movimento e atos rebeldes que preceituavam, buscando romper os laços coloniais.

SIMPÓSIOS TEMÁTICOS

ST1: O “engenho” do artista: modelos e preceptivas do saber artístico dos séculos XV a XVIII

Coordenadores: Prof. Sarah Dume (UNICAMP) e Prof. Dr. Mateus Alves Silva (UNICAMP)

Na obra “Vocabulario portuguez, e latino...” de Rafael Bluteau (1728), o conceito “engenho” define-se por “Força natural do entendimento, com a qual o homem percebe prompta, & facilmente o que lhe ensinão, aprende as sciencias, & artes mais difficultosas, inventa, & obra muytas cousas (...)” (BLUTEAU, 1728, p. 117). Partindo desse conceito amplamente presente nos tratados artísticos do século XV ao XVIII, pretendemos discutir neste simpósio os modelos, valores e preceptivas que nortearam a produção artística (Arquitetura, Pintura, Escultura, Música, entre outras artes) da Península Ibérica e seus domínios entre a Baixa Idade Média e a Primeira Modernidade, buscando compreender de que forma o “engenho” desses artistas construiu-se empiricamente por meio da circulação de saberes que se constituíram como cânones prescritivos de práticas, técnicas e teorias desenvolvidas ao longo dos séculos XV até o XVIII. Desde a prática descritiva por meio de manuscritos e tratados até as múltiplas linguagens artísticas, pretendemos compreender quais caminhos foram percorridos pelos artistas e teóricos portugueses e espanhóis no campo das artes e em que espaços sociais e culturais adquiriram o conhecimento que fundamenta suas obras. Buscamos também compreender de que forma as prescrições do mecenato régio, eclesiástico e privado atuaram sobre o trabalho destes artistas, observando tais profissionais enquanto parte de projetos expansionistas desses grandes reinos católicos e da manutenção das estruturas sociais.

ST2: Aconselhar em Terras Cristãs: períodos medieval e moderno, permanências e rupturas (XV-XVII)

Coordenadores: Prof. Dr. Franco A. Biondi (UNICAMP), Profa. Dra. Lívia Torquetti (UNICAMP) e Profa. Andrezza Canova Pigaiani (UNICAMP)

Na história do cristianismo, o ato de “aconselhar” assumiu diferentes manifestações que procuraram instruir sobre valores morais essenciais à fé cristã, tidos como hábitos distintivos de sua adequada compreensão e vivência. Durante a Idade Média e Moderna, termos como “aconselhar”, “recomendar”, “exortar”, “instruir”, “formar” e “edificar” eram recorrentes em seus discursos, e formavam o principal vocabulário empregado para induzir comportamentos e realizar sugestões, as quais versavam desde as melhores formas de se conduzir a vida individual à correta orientação dos assuntos de governo. Por volta dos fins do século XI, a pauta da “reforma” da igreja, estendida a todos os membros do “corpo cristão”, instigava o ideal da pregação, principal ensejo para a formulação de novas ordens monásticas e movimentos leigos que traziam, em seu cerne, o compromisso público com a veiculação da palavra como meio de reconduzir a sociedade aos modelos do cristianismo primitivo, ou, ao menos, às necessidades percebidas por seus contemporâneos como respostas aos

principais problemas vivenciados por seus contextos. A pregação, assim, se assumiu enquanto fator distintivo da “conversão”, palavra que antes do século XVI, significava, sobretudo, a adesão a uma vida de perfeição, propagada pelas exortações, compreendidas como forma de “aconselhar”, as quais, por sua vez, estão na base das transformações vislumbradas na passagem do mundo medieval para o moderno. Intrinsecamente relacionada à pregação, tinha-se a veiculação do discurso escrito pelo gênero dos manuais e dos exemplos, orientados tanto para o encorajamento dos preceitos religiosos, associados de forma comum às expressões da religiosidade monástica e leiga, quanto para o fornecimento de conteúdo e materiais de apoio aos pregadores. Os primeiros, os “manuais”, podem ser entendidos como traduções dos *libelli*, “pequenos livros”, cuja característica física permitia que estivessem à mão, e servissem, de forma prática, como guias e meios de instrução aos seus leitores. Os segundos, gênero dos exemplos, procuravam prover aos pregadores repertórios de vida de santos e biografias de notável valor moral, com o intuito de serem empregados em seus discursos e ensinamentos, de modo a exortarem seus ouvintes a reproduzirem, dentro de interpretações específicas, os modelos apresentados por suas histórias. A sua relação pode ser bem entendida pelo emprego da citação de Cassiodoro, “propagar as palavras de Deus pelas mãos”, que permite entrever o fim último da formulação e cópia desses gêneros escritos.

Com o advento das reformas do século XVI, os discursos, tanto orais quanto escritos, assumiram o principal papel na disseminação da palavra de Deus e na reforma moral e dos costumes, refletindo o anseio de conduzir os fiéis em um caminho de conformidade com as prescrições das Escrituras. No âmbito católico, para além do âmbito coletivo, tem-se a intensificação das confissões individuais. Nas perspectivas então construídas, a análise e controle sobre a consciência e a conduta cristã procuraram instruir os pontos essenciais das diferentes ortodoxias. Os desdobramentos oriundos dos anseios pela conversão a hábitos condizentes com uma vida autenticamente religiosa e, posteriormente ao século XVI, com os ideais expressos pelas distintas confessionalizações, engendram uma nova expressão das pregações: as atividades missionárias. Essas, ainda que se afastassem das preocupações com a conversão no seio da cristandade, compartilharam a mesma gênese nos conselhos, procurando instruir costumes e concepções a sociedades externas à Europa, e que se efetiva, sobretudo, pela correção coercitiva do que era entendido como “errôneo”, “bárbaro” e “inadequado”.

Não inteiramente distintos da pregação escrita e moral, há o surgimento do gênero dos Espelhos de Príncipes, cuja especificidade diz respeito à orientação aos soberanos e, de forma mais ampla, aos responsáveis pelo papel da condução dos assuntos públicos. Adotados, principalmente, pelos humanistas, esse gênero reflete a valorização do movimento pela erudição e pelo cultivo das virtudes, destinado, com especial ímpeto, àqueles tidos como expressões máximas do corpo social. Esses, tidos por sua posição de destaque como os mais capazes de fomentar ideais como justiça, harmonia e devoção, representaram o principal objetivo dos humanistas, os quais se atribuíram o papel de conselheiros, e procuraram a reforma de toda a comunidade cristã partindo de seus soberanos. Em meio a essas mudanças perceptíveis no período, nota-se uma transformação no modo de ser dos homens, compelidos a novas regras de comportamento. Com isso, os conselhos também se direcionaram às formulações de comportamento que buscavam direcionar e padronizar o viver em sociedade, como as cortes e espaços públicos. O aconselhamento, portanto, ultrapassava o espaço do sagrado e também fazia parte de um processo de uniformizar o modo de se portar dentro da laicidade.

Assim, o objetivo desta proposta é permitir um espaço de discussão a respeito das diferentes manifestações do ato de “aconselhar” entre a passagem da Idade Média para a Moderna, contemplando as transformações e permanências evidenciadas entre os dois períodos. Como se nota, a ideia de reforma, pregação e conformidade de hábitos, entendidos aqui enquanto principais expressões da ideia de “conselho”, envolveram diferentes meios e formas, que permitem contemplar tanto os aspectos da produção oral e escrita, bem como as esferas distintivas, formuladas pelos períodos, entre “secular” e “religioso”; entre os diferentes “corpos” e espaços da sociedade cristã; entre as distinções percebidas, por diferentes matizes, entre o “errôneo” e “correto”; e, por fim, entre as diferentes intensidades possíveis ao ato de aconselhar, capaz de expressar tanto o reforço de convenções quanto choques violentos entre diferentes perspectivas.

ST3: A ortodoxia e a defesa da fé cristã na Idade Média

Coordenadores: Profa. Dra. Patrícia Antunes Serieiro Silva (USP) e Prof. Dr. Thiago Henrique Alvarado (UNESP)

Nas últimas décadas, verificou-se um aumento do número de estudos preocupados com as relações complexas e, em alguns casos, ambivalentes, entre as comunidades cristãs e os seus “outros” (hereges, judeus, muçulmanos, pagãos etc.). Dando prosseguimento a essa temática e com o objetivo de aprofundá-la, a proposta deste Simpósio Temático é reunir trabalhos que abordem as variadas formas pelas quais a Igreja, no decorrer da Idade Média, buscou construir, defender e reforçar a ortodoxia em sua interação com os inimigos, internos e externos, em terras cristãs. Desse modo, incentivamos a apresentação de trabalhos que reflitam sobre a problemática, materializada nas mais diversas fontes do período: normativas, polêmicas, pastorais, narrativas, jurídicas, judiciárias, hagiográficas, entre outras.

ST4: A privança como instrumento de poder: aconselhar, prescrever e dominar no Ocidente Medieval (X-XV)

Coordenadores: Profa. Ana Luísa Lourenço (UnB) e Prof. Dr. Thiago Magela (UFF)

A historiografia dedicada ao Ocidente Medieval abordou amplamente e através de diversos prismas o desenvolvimento e aplicação dos dispositivos jurídicos e formais que surgiram durante o processo de consolidação das monarquias Baixo-medievais. Apesar disso, a privança régia recebeu pouca atenção dessa historiografia, ainda que pujantes estudos prosopográficos tenham se desenvolvido nos últimos anos. É necessário, porém, que admitamos que os laços de amizade, parentesco, aliança e fidelidade se constituíam como vínculos fundamentais nas relações de poder e, mais especificamente, entre conselheiro-aconselhado. Assim sendo, esse Simpósio Temático procura fomentar o diálogo entre pesquisas que analisam o papel de personagens, grupos sociais e instituições que disputavam um lugar hegemônico próximo aos monarcas, bispos e abades, ou seja, àqueles que detinham formalmente o poder decisório. Da mesma maneira, os trabalhos que analisam as disputas por classificação das hierarquias sociais, dos corpos e almas, e da natureza são também essenciais para se compreender o período de forma mais ampla e complexa, pois contribuem para uma visão mais social dos processos de afirmação das monarquias cristãs ocidentais entre os séculos X-XV.

ST5: Instruir em letras cristãs na América colonial

Coordenadores: Profa. Dra. Maria Emília Granduque José (UNESP) e Profa. Dra. Ana Carolina Machado de Souza (UNICAMP)

A presença religiosa na América nos primeiros tempos do período colonial se fez marcante pela obra evangelizadora confiada aos missionários – franciscanos, dominicanos, agostinianos e jesuítas – que aqui chegaram ao longo do século XVI. Nesse período, muitos foram os esforços empreendidos pelo clero dessas diferentes ordens para ensinar como os novos mendicantes deveriam agir para se comportar nesse novo ambiente. Mais precisamente, a partir de textos instrutivos como guias pastorais, cartas e crônicas, esses clérigos difundiram certas práticas voltadas a fixar uma arte de pregar para povos cujos hábitos e crenças eram avessas aos mandamentos cristãos. A proposta deste simpósio temático será receber trabalhos que versam sobre o modo como esses homens da fé deveriam se portar e se conduzir, ou melhor, como teriam de agir nas diferentes esferas da vida religiosa ao desembarcarem na América. Trata-se de um simpósio interessado em abrigar trabalhos cujo alvo não se reduz ao nativo receptor da ação religiosa, mas que contemple, sobretudo, o clérigo responsável por administrar a palavra divina e reproduzir um modo de vida cristão nesse espaço.

ST6: Conselho e aconselhamento na Península Ibérica

Prof. Dr. Douglas Mota Xavier de Lima (UFOPA)

Em finais da Idade Média acompanha-se o emergir de uma pluralidade de instâncias de legitimação do príncipe que contribuirão para o processo de construção do poder monárquico e para as mutações que conduzirão à gênese do Estado moderno. De certo modo, tal processo se evidencia em torno da noção alargada de conselho, que abarca a gradativa institucionalização do Conselho real como órgão consultivo da administração central das monarquias, composto pelo conjunto de conselheiros ou privados do rei, homens cada vez mais influentes no direcionamento das políticas reais e no funcionamento da própria monarquia; e a dimensão do aconselhamento, abrangendo desde a prática de oferecer conselhos orais e escritos ao aconselhar como categoria de pensamento político ocidental presente na vasta literatura de caráter político, moral e pedagógico que visava orientar o exercício do poder régio, definir o bom governo e conduzir as ações dos homens engajados na cúria real. Essa dimensão, em especial, mobilizou o que Roger Chartier classificou como “ordem do discurso”, isto é, a profusão de discursos ditos e escritos através dos quais o poder monárquico foi representado entre o fim do medievo e o início da modernidade. Partindo dessas reflexões e da proposição geral do evento “Aconselhar e Prescrever em Terras Cristãs”, o Simpósio Temático “Conselho e aconselhamento na Baixa Idade Média” reunirá diferentes pesquisadores em torno das questões norteadoras, explorando a dimensão político-institucional, diplomática e literária do conselho e dos conselheiros entre os séculos XIII e XVI na Península Ibérica.

COMUNICAÇÕES

ST1

O “engenho” do artista: modelos e preceptivas do saber artístico dos séculos XV a XVIII

Dia 1: Segunda-feira, 20/09 – 11h00

Um classicismo descarnado? Notas sobre a arquitetura portuguesa quinhentista às lentes de um tratado do século XVI

Profa. Sarah Dume (Mestranda – UNICAMP)

Esta comunicação tem o intuito de discutir a concepção arquitetônica portuguesa de meados do século XVI, partindo dos apontamentos frutos de minha pesquisa de mestrado acerca do códice 3675 da Biblioteca Nacional de Portugal. O manuscrito se apresenta como um tratado de arquitetura, promovendo por vias didáticas a apresentação de preceptivas teóricas necessárias ao conjunto de saberes do arquiteto português para a concepção de obras de carácter civil e defensivo. A partir de estudos que debruçaram-se na realização de uma extensa análise paleográfica e histórica do documento, buscamos aqui considerar as datas de 1575 e 1576 atribuídas ao documento como fios condutores da discussão a qual iremos suscitar nesta comunicação. Portanto, por meio do ambiente de aprendizado e conformação do ensino da arte de projetar e construir, pretende-se buscar e demonstrar por meio do códice 3675 o desenvolvimento do “engenho” artístico do arquiteto português, demonstrando a importância do pragmatismo embutido na teoria e prática destes profissionais, observando as confluências com os cânones da arquitetura italiana e seus escritos teóricos, no âmbito dos reinados de D. João III e D. Sebastião.

"Saudades de D. Ignez de Castro", poema de Maria de Lara e Meneses, a herança do tema inesiano de Camões e de António Ferreira e a sua visão sob um ponto de vista feminino

Profa. Sara Gonçalves Machado (Mestranda – Universidade do Minho)

Pretender-se-á com a obra seiscentista "Saudades de D. Ignez de Castro", poema lírico-narrativo atribuído a D. Maria de Lara e Meneses, mostrar uma representação feminina de D. Inês de Castro, a possível esposa e amada do rei D. Pedro I de Portugal. Deste modo, far-se-á uma comparação entre a abordagem utilizada pela tradição do século XVI, nomeadamente o episódio inesiano d'"Os Lusíadas", de Luís de Camões, e a obra "A Castro", de António Ferreira, com a tradição do século XVII. Dentro desta, atentar-se-á no quão inovadora possa ser a imagem traçada da dama que se pensa de origem galega, medieval, por uma mulher já da Época Moderna. Muitos aspetos que Camões e Ferreira não prestaram atenção, parece terem sido melhor captados por Maria de Lara e Meneses, talvez em razão da melhor compreensão de alguns aspetos em

função da semelhança dos sexos. O plano emocional é melhor captado pela autora do século XVII. Dir-se-ia que a emoção parece abafar tudo o resto, nomeadamente, a intriga política, que parece ser mais essencial ao desenrolar da obra de António Ferreira. Deste modo, os assassinos parecem surgir, apenas, como responsáveis pela separação do casal, não havendo nenhum contexto que nos insira na razão que os levou à execução desse ato.

Gil Vicente e a defesa da política dos monarcas D. Manuel e D. João III

Profa. Ma. Renata de Jesus Aragão Mendes (UEMA)

Este trabalho tem como objetivo discutir sobre o artista de corte Gil Vicente e como, no conjunto de sua obra, se posicionou a favor da política dos monarcas que serviu. Gil Vicente foi um poeta português que teve toda sua produção dramática financiada pelos reis D. Manuel I, D. João III e a rainha D. Leonor de Lencastre, durante 34 anos. Enquanto fruto do mecenato régio, Gil Vicente procurou exaltar esses monarcas e defender seus projetos políticos e os valores da doutrina cristã. Em meio a desordem que registrava no reino em tempos de Expansão Marítima e de contínua mobilidade social, o autor se utilizava da sátira para punir e criticar os degradação moral que então percebia no reino português. É, evidente, que entre todos (as) aqueles (as) que o poeta criticava foram isentos o rei e sua família, sendo eles a quem importava celebrar e glorificar. Aliás, era Gil Vicente o responsável pela organização das festividades da corte e muitas de suas peças foram encomendadas para celebrar os acontecimentos importantes que nela ocorriam. No Auto da Fama e na Exortação da Guerra fica clara a defesa do projeto político do monarca, seja do ponto de vista da Expansão portuguesa, ou de outros elementos específicos.

Dia 2: Terça-feira, 21/09 – 11h00

Arte e Engenho na tratadística de Francisco de Holanda (c.1518-1584)

Profa. Dra. Maria Luiza Zanatta (UFSM)

A relevância da produção teórica de Francisco de Holanda c. 1518 – 1584 permitiu que ele tivesse seu pleno reconhecimento pela historiografia da arte europeia como figura central do Renascimento em Portugal, embora até o presente, nenhum monumento a ele tenha sido dedicado. Artista audacioso, detentor de vasta cultura, colocou-se sempre à frente de seu tempo e talvez por isso tenha sido um incompreendido. A qualidade técnica de sua produção, desvela sua formação e conhecimento eruditos, alcançados como jovem fidalgo e participe da corte portuguesa, bolsheiro de D. João III (1521-1557) e um protegido de D. Luís e da rainha D. Catarina de Áustria. Seus tratados associam textos as imagens e testemunham a ampla difusão de valores, modelos e preceitos que nortearam a produção artística da península ibérica e de seus domínios. Nesta comunicação procurar-se a demonstrar como se dava a circulação de saberes e de cânones prescritivos no contexto português do século XVI e quais as dificuldades enfrentadas por Francisco de Holanda para que seus preceitos viessem a ser publicados.

Retórica: del arte de la persuasión a modelo para la forma

Profa. Dra. Maria Cândida Ferreira de Almeida
(Universidad de los Andes)

La retórica viene de la cultura griega y es una técnica de discurrir, es decir, una técnica de hablar. Se trata de una invención sistematizada desde el siglo IV antes de la era común, en las ciudades griegas, principalmente Atenas, cuya filosofía era producida en el formato oral y por esto necesitaba una separación entre lo que sería simplemente usar una técnica de hablar bien, arte propia del orador, y producir lo que era debería ser considerado “verdadera filosofía”. Aristóteles, que había clasificado tanto la retórica como el arte y como epistemes del hacer, dividió la Retórica en tres géneros, en una especificación de los géneros de discursos posibles, que se tornaría muy útil para entender la organización de los modos de hablar. En la actualidad, Joao Adolfo Hansen suele explicar que las propias nociones de la retórica fueran transferidas para el dibujo y para la pintura con las estrategias que Horacio sistematizó en el *Ut pictura poesis*, es decir, que la poesía es como la pintura, mas, también la pintura es como la poesía. Con estos las concepciones de la retórica se expandieran para las artes visuales, pues, cuando un pintor hace un retrato, él puede transferir las mismas técnicas que el orador usa para hablar bien para este otro formato. Para los fines de este trabajo, queremos preguntar si los géneros retóricos: deliberativo, judicial, demostrativo, que funcionaban bien em el campo político, también podrían ayudarnos a entender la producción visual cristiana?

“He Ley do Reyno; e a melhor lei he sabella observar” – normativas do fazer arquitetônico no Império Português entre os séculos XVII e XVIII

Profa. Dr. Mateus Alves Silva (UNICAMP)

A definição da importância das normativas feita por Valério Martins de Oliveira em seu “Advertencia aos modernos que aprendem o officio de pedreiro e carpinteiro”, de 1739, remete ao contexto de produção arquitetônica nos territórios portugueses observando as Ordenações Régias. Longe de ser uma delimitação restrita das práticas construtivas, o conteúdo dessas ordenações remete a um conhecimento que se desenvolve tanto no campo teórico quanto prático do fazer arquitetônico, para edificações e para a orientação do urbano. Esse trabalho objetiva analisar o conteúdo legal relativo às práticas construtivas em Portugal e colônias e associá-lo ao conhecimento que circulava por meio dos tratados, para compreender de que modo a tratadística dialoga com essas ordenações. Se, por um lado, tem-se diversos tratados que remetem à lei como forma de validação da argumentação, por outro a própria lei se vale do conhecimento que circulava por meio dos manuscritos e impressos produzidos ao longo dos séculos. O enfoque será dado ao período que compreende a Restauração Portuguesa (1640) e a confirmação por Dom João IV das Ordenações Filipinas até o final do governo de Dom João V (1750), que coincide com a publicação do “*Tractatus de Novorum Operum Aedificationibus...*” de Manuel Álvares Ferreira, um compêndio da legislação portuguesa relativa à arquitetura.

Dia 3: Quarta-feira, 22/09 – 11h00

Letras Simbólicas e Sibilinas: uma orientação iconográfica para as sibilas de Diamantina

Profa. Dra. Maria Cláudia Almeida Orlando Magnani (UFVJM)

O tema das sibilas, tão representado na Europa, foi extremamente raro na colônia portuguesa da América. Nas Minas Gerais, único local onde foram representadas no período colonial, elas aparecem em uma igreja de Diamantina e em véus quaresmais. Na busca do caminho por elas percorrido, entre Portugal e a colônia, está um livro raro, mesmo em terras lusitanas: *Letras Simbólicas e Sibilinas*, de 1747, impresso em Lisboa, de autoria de Frei Rafael da Purificação. Um volume se encontra na Biblioteca do Seminário de Diamantina e foi restaurado em 2013. Franciscano da Província de Santo Antônio do Brasil, Frei Rafael nasceu em Matosinhos em 1691, e faleceu na Bahia em 1744. Associando as letras simbólicas ou hieroglíficas àquelas que solitariamente têm equivalência a palavras ou mesmo sentenças inteiras, as trata também por sibilinas porque aquelas profetisas usaram letras isoladas no seu mister. O livro trata longamente das sibilas e dos seus vaticínios. As sibilas foram incorporadas pelo cristianismo desde os primórdios, tendo uma sobrevivência profícua e imperturbada na Igreja Católica. Não se sabe o ano exato em que o livro foi escrito, pois foi editado postumamente. Pretendendo ser isento, o livro legitima fortemente a presença das sibilas. Contemporâneo das pinturas coloniais, o livro pode ter sido uma orientação iconográfica para aquelas representações.

A produção da pintura de quadratura em Vila Rica e Mariana entre 1750 e 1830

Profa. Ma. Valéria Sávia Tomé França (Doutoranda – UFMG)

Esta comunicação pretende trazer algumas reflexões sobre a arte brasileira do período colonial, de modo mais específico, para a pintura ilusionista presente no conjunto dos forros – de naves e capelas-mores -, executados no período de 1750 a 1830, em Minas Gerais, à moda pozziana, e também designados como pinturas de “falsa arquitetura”. Apresentaremos alguns mestres quadraturistas, atuantes em Vila Rica e Mariana, associando sua produção pictórica, com o ambiente sociocultural de sua época e a literatura científica circulante que serviu como modelo para a produção de pinturas de quadratura.

A concepção de cúpulas imaginárias na Capitania de Minas Gerais (1760-1787): assimilação e interpretação do conteúdo presente nos tratados de arte

Profa. Ma. Luciana Giovannini (Doutoranda – UFMG)

A comunicação que ora apresentamos pretende tornar conhecida a pesquisa sobre as formas de concepção de um conjunto de pinturas que simula uma arquitetura circular em perspectiva centralizada, as quais intitulamos cúpulas imaginárias. As obras foram produzidas na segunda metade do século XVIII e os artistas responsáveis pela sua arrematação e execução pertencem à segunda geração de pintores de perspectiva que atuou na capitania de Minas Gerais; composta pelos artistas portugueses, por seus

discípulos, seus escravos pintores e os oficiais de pintura nascidos e formados na região mineradora. Essa composição de uma equipe de trabalho indica a circulação de saberes que contribuíram para a instituição de uma prática artística: fruto da troca de experiências estabelecida entre os mestres, os discípulos e os demais artífices que frequentavam os canteiros de obras; os quais, muito possivelmente, conheciam o conteúdo presente nos tratados de arte, direta ou indiretamente. Para a concepção das referidas cúpulas, ressaltamos o aprendizado dos princípios básicos da geometria euclidiana, e a assimilação e interpretação dos desenhos das cúpulas e plantas baixas para a construção de obras circulares em perspectiva centralizada, com destaque absoluto para as estampas presentes no tratado *Perspectiva Pictorum et Architectorum* de Andrea Pozzo.

ST2

Aconselhar em Terras Cristãs: períodos medieval e moderno, permanências e rupturas (XV-XVII)

Dia 1: Quarta-feira, 22/09 – 16h

The origin of The Protestant Reformation in Europe: the fundamental principles of the religion's doctrine

Profa. Ma. Bertina Salliu
(Institute for Albanian and Protestant Studies)

According to the historical periodization of Anglo-Saxon historiography, the 15th century marks an important time in the Early Modern period of the Europe's history. The so-called Protestant Reformation began with a series of infantile movements which successively intensified until the triumph of the Reformation. The event of the Protestant Reformation changed the course of events in Europe and was accompanied by innovations and changes in people's lives. Through this paper we want to affirm and emphasize the importance of the Protestant Reformation in Europe, the impact and the role in the European society. What about the origin of this Reformation? What are the basic principles of the Protestant doctrine? What is the theological basis of this doctrine? What are the differences of religious doctrine between the Protestant Church and the Catholic Church? Why is widely mentioned that the Protestant Reformation is "a modification of Catholicism"? To elaborate this paper we have used an extensive literature mainly in English and Albanian. As the Reformation is a rare phenomenon of studying in the Balkans, English publications predominate.

Conselhos médicos na corte de Juan II: Alonso de Chirino e suas prescrições para o bom cuidado de si na coroa de Castela (século XV)

Prof. André Silva Ranhel (Mestrando – UNESP)

No século XV, a presença de físicos nas cortes em Castela tornou-se cada vez mais comum, já que os monarcas investiam nesses profissionais, geralmente catedráticos da universidade de Salamanca, não apenas para que lhe servissem, mas também com a finalidade de melhorarem a saúde de seus súditos. Nesse contexto, Alonso de Chirino, famoso físico do início do século, ocupou um dos mais altos e distintos cargos

concedidos por Juan II: “chefe e examinador maior dos físicos e cirurgiões de seus reinos e senhorios”. Investido de autoridade real, autorizado a examinar e pôr a prova aqueles que praticavam medicina e cirurgia, Chirino redigiu sua obra *Menor Daño de la Medicina*, um tratado de terapêutica médica e de cirurgias domésticas. Escrito em língua vernácula, o tratado buscava instruir e aconselhar os homens da corte na conservação de sua saúde, além de aprender a identificar e evitar médicos e cirurgiões pouco doutos. O presente trabalho visa explorar os conselhos do físico castelhano para um bom cuidado de si, desde orientações referentes às práticas alimentares até exortações sobre as paixões da alma, identificando a importância das obras médicas no ordenamento moral na Castela do início do século XV.

Conselhos de corpo e alma: prescrições e remédios contra heresias e superstições em tratados espanhóis dos séculos XVI e XVII

Profa. Ma. Nara Barroso Witzler (Doutoranda – UNICAMP)

Desde a Idade Média, teólogos se empenham em estruturar os preceitos e regras que devem reger a vida do bom cristão. No período que conhecemos hoje como a Primeira Modernidade, vemos não só uma série de tentativas – e realizações - de reformas religiosas e seculares, como também um processo de individualização da vida fomentada pelo movimento do Humanismo que transformou por completo as experiências humanas. Paralelo a tais transformações, a Igreja Católica buscava reforçar suas doutrinas e dogmas, inserida em um contexto onde os receios escatológicos se faziam cada dia mais presentes. Reforçar a vitalidade da comunidade cristã ainda era primordial, mas agora os meios para este fim se mostravam cada vez mais individuais. Portanto não surpreende que uma das principais preocupações de tratadistas hispânicos desta Primeira Modernidade fossem as superstições e heresias. Neste trabalho, buscarei mostrar como em quatro tratados (que hoje damos o nome de demonológicos) espanhóis dos séculos XVI e XVII há constantes conselhos e recomendações acerca de como o fiel deveria se portar para seguir os caminhos da boa fé. Além de delimitarem o que eram atos supersticiosos e quem em geral os praticava, os autores também evidenciam por que tais atos deviam ser evitados e seus praticantes punidos com o maior rigor. Era preciso, mais do que nunca, adequar os comportamentos e condutas dos fiéis à nova postura que a Igreja adotara a fim de que a Comunidade Cristã tivesse um fim desejável.

Dia 2: Quinta-feira, 23/09 – 16h

A educação como promotora de virtude no Égalité des Hommes et des Femmes de Marie de Gournay

Profa. Raquel Batista Mariani (Graduanda – IFCH/ UNICAMP)

Em 1622 foi publicada a primeira edição do tratado *Égalité des Hommes et des Femmes*, escrito pela erudita francesa Marie Le Jars de Gournay. Um dos elementos mais notórios desse texto é a defesa enfática da autora da capacidade da educação de cultivar a virtude de um indivíduo. Para Gournay, o ensino das letras clássicas possibilitaria o acesso a obras dos filósofos gregos e romanos, assim como aquelas da tradição cristã e a partir do contato com esses textos, os sujeitos seriam capazes de aperfeiçoar suas virtudes. Essa perspectiva expressa pela autora já havia sido consolidada pelos humanistas, inclusive pelo próprio Montaigne, mentor da erudita;

entretanto, sua abordagem apresenta como diferencial a inclusão explícita e efusiva do sexo feminino como carente dessa educação. Assim, em seu texto ela busca aconselhar as mulheres a se educarem, incluindo uma dedicatória à Ana da Áustria, rainha da França, na qual aconselha a leitura de “grandes Livros” para aumentar a sua virtude e, assim, servir de exemplo para as mulheres francesas. Todavia, durante a maior parte de seu tratado a autora se dedica a defender o potencial das mulheres ao cultivo da virtude. Para isso, aconselha a sociedade francesa a oferecer condições de uma educação humanista às mulheres para que elas cultivem sua virtude e possam, deste modo, demonstrar sua equivalência aos homens.

Aconselhar e instruir para a salvação da alma cristã na Visão de Túndalo

Profa. Dra. Adriana Zierer (UEMA/BRATHAIR)
Profa. Dra. Solange Pereira Oliveira (IFMA/BRATHAIR)

A presente comunicação tem como objetivo analisar os diversos conselhos sobre os pecados e virtudes das almas no Além Medieval na versão portuguesa do manuscrito Visão de Túndalo (códice 244), bem como as instruções morais para a salvação cristã no pós-morte. A obra utiliza-se de elementos da experiência do imaginário sobre os destinos das almas no Além-Túmulo, associados às condutas morais terrenas que determinariam as suas alocações nos lugares do Inferno, Purgatório e Paraíso, conforme os ensinamentos e discursos da Igreja. A esta questão, seguem-se os personagens, Túndalo, anjo, diabo e demônios, que assumem um papel relevante para o aconselhar e instruir os vivos para o caminho da salvação ou danação.

Entre cristãos e kirishitan: modelos evangelizadores e práticas religiosas no início das missões no Japão (1549-1579)

Prof. Victor Laubenstein (Mestrando – UNICAMP)

Entre 1549 e 1579, foram formulados os primeiros projetos missionários de evangelização do arquipélago Japonês pela Companhia de Jesus. Tais esforços diferenciaram-se grandemente das outras missões asiáticas desde o início, e seus formuladores assumiram, ao longo dos anos, diferentes papéis no processo de expansão e adaptação dos propósitos evangelizadores da Companhia em escala local e global. Assim, não apenas práticas e métodos catequéticos passaram por um processo intensivo de adaptação ao universo simbólico japonês, como novas formas de organização políticas e morais do corpo missionário tiveram de ser criadas e remodeladas. O objetivo deste trabalho é discutir sobre os diferentes modelos evangelizadores formulados pelos superiores da missão japonesa entre o período definido, associando-os aos movimentos e diálogos entre as noções de pregação, conversão, educação cristã, confissão, e formas de manifestação da fé nas comunidades kirishitan japonesas em formação. É a análise dos usos destes conceitos que nos permitem produzir olhares tanto com relação ao que se conhecia como cristianização em contextos não-europeus, bem como a diferença entre teoria e prática missionária, capaz de expressar a forma como compreendia-se a necessidade de remodelação dos motores missionários e do estabelecimento de diálogos entre diferentes universos simbólicos e epistemológicos.

Ensinando por textos, as Narrativas Medievais de Viagens ao Além no mosteiro de Alcobaça: Navegação de São Brandão, Conto de Amaro e Viagem de Trezenzónio

Profa. Ma. Rachel Meyrelles Gonçalves Lima (Doutoranda – UFAM)

Dos muitos textos produzidos pela cultura cristã medieval com fins pedagógicas, estão as narrativas de viagem ao Além. Extremamente populares no ocidente medieval, essa literatura são preciosas para a historiografia, especialmente, para os estudos do imaginário e representações cristãs. Ocupando um lugar cativo nas bibliotecas dos mosteiros, esses textos relatam as visitas de homens vivos aos espaços do “mundo dos mortos”, o Além. Intentamos refletir sobre o papel dessa literatura de viagem, apontando algumas considerações a partir de três narrativas: Navegação de São Brandão, Conto de Amaro e Viagem de Trezenzónio ao Paraíso. Ligados à longa tradição dos relatos de viagens imaginárias, os três relatos têm percursos culturais e temporais diferentes e apresentando vários pontos de contato entre si. A circulação desses relatos alcançou vários lugares do ocidente, chegando na Península Ibérica, no Mosteiro Cisterciense de Santa Maria de Alcobaça em Portugal. Essas narrativas são fontes documentais ricas de significação histórica, resultado de processos culturais que mesclaram aspectos de várias tradições culturais, fazendo delas importantes fonte de pesquisa para o período.

ST3

A ortodoxia e a defesa da fé cristã na Idade Média

Dia 1: Quarta-feira, 22/09 – 19h30

O casamento na mira do opúsculo “De Seta Machometi” (século XIII)

Prof. Guilherme Barbosa dos Santos (UNICAMP)

No IV Concílio de Latrão, celebrado em 1215, a Igreja Católica instituiu diretrizes que visavam a manutenção da dimensão catequética e a renovação da atuação pastoral. Fundada no ano seguinte, a Ordem Dominicana fazia do estudo diligente das Escrituras e do pastoreio de almas duas de suas principais tarefas. A Ordem foi responsável pela formação de notáveis pregadores e escritores de obras apologéticas que foram fundamentais no trabalho missionário entre os infiéis e na contestação de suas crenças. Em meados do século XIII, o dominicano Ramón Martí elaborou o opúsculo *De Seta Machometi*, no qual ele constrói uma argumentação apologética com o intuito de atestar que Maomé não foi um profeta enviado por Deus. Além de declará-lo como impostor, Ramón Martí apresenta diversas críticas à doutrina e às práticas islâmicas, apontando incongruências pecaminosas em seu teor. Nesse sentido, os hábitos da vida conjugal se revelam entre os mais advertidos pelo autor e são corrigidos à luz dos preceitos da doutrina cristã. A comunicação em questão visa apresentar quais práticas conjugais muçulmanas eram alvos de repreensão, bem como elencar quais eram os ensinamentos ofertados a respeito do matrimônio. O objetivo é elucidar o modelo de vida conjugal prescrito na obra.

Práticas penitenciais no Portugal dos séculos XIV e XV

Prof. Eduardo Lima de Souza (Mestrando – UNESP/ Franca)

No Portugal dos séculos XIV e XV, torna-se cada vez mais recorrente a produção de obras pastorais escritas em língua portuguesa, destinadas a propor modelos de comportamento e prescrições relativas às formas de contato com o sagrado e à absolvição dos pecados. Tais conselhos e prescrições referem-se, por vezes, às vivências dolorosas de redenção dos pecados, isto é, ao esforço contínuo de reparação das consequências negativas do pecado cometido contra Deus, contra o próximo e contra si mesmo. As prescrições referentes a essas práticas de satisfação propunham que a reparação pelo pecado cometido poderia ser alcançada pela reversão do ato falho e por gestos e expressões por vezes ardorosos – manifestações visíveis de arrependimento. A presente comunicação tem como objetivo responder, no período em que a prática da confissão se torna um dos principais objetos da literatura teológica e pastoral – fruto da institucionalização da confissão auricular – o que motiva a prática da satisfação, bem como apresentar as tipologias da penitência e suas relações, à exemplo das três práticas satisfatórias mais recorrentes – a vergonha, a esmola e o jejum – a partir dos tratados pastorais escritos ou traduzidos para a língua portuguesa entre os séculos XIV e XV.

Os leigos nas constituições sinodais: reforma do mundo laical português (séculos XV e XVI)

Prof. Diovani Matheus Marques (UNICAMP)

No século XV e início do XVI, num contexto de revigoração de políticas catequéticas em diferentes dioceses portuguesas, bispos de Braga e Porto escreveram importantes documentos pastorais para corrigir a conduta dos cristãos não obedientes aos mandamentos. Importando com a formação espiritual dos leigos, esses bispos do norte de Portugal incentivaram a produção e difusão de constituições sinodais, tendo destaque aquelas promulgadas por D. Luís Pires e D. Diogo de Sousa. Com ênfase nas constituições portuenses de D. Luís Pires (1477), de D. Diogo de Sousa, promulgadas no Porto (1496) e também em Braga (1505) bem como de um guia espiritual anexo às constituições portuenses de 1496, intitulado Sumário Breve, o objetivo desta comunicação será analisar o espaço reservado às vidas dos leigos nessa produção pastoral. Além disso, essa comunicação examinará a importância conferida por esses bispos a conjunto de exercícios devocionais presentes nesses corpora documentais, como sacramentos e obras de misericórdia, para a criação de um roteiro de comportamentos. A proposta consistirá em analisar em que medida os conselhos dos bispos ajudaram clérigos a ensinar leigos a serem devotos e tementes a Deus.

Práticas de justiça em Pernambuco (séc. XVI)

Profa. Raíssa Toledo de Oliveira (UFPE)

O mundo cristão europeu viu sua ordem tradicional se transformar dramaticamente, desde o séc. XIII com renovação de suas instituições religiosas periféricas até sua intensa burocratização no séc. XVI, desencadeando na formação de congregações muito mais complexas. Tentando reafirmar seu poder político frente às monarquias do período o Concílio de Trento foi a investida do clero para se reorganizar internamente acerca das

críticas teológicas à Igreja Católica, e se empenhar em conter as reformas que se espalhavam na Europa. A visão de liberdade espiritual colocava em perigo os poderes institucionais. O desenvolvimento da máquina inquisitorial portuguesa no século XVI foi impulsionado pelo temor a dissidência herética. A atuação da justiça inquisitorial encontra-se totalmente inserida no contexto de ortodoxia que dominou as instituições do período. Através da intensa militância resultante da Contrarreforma na Europa, prosperou para além da metrópole, fazendo sentir na colônia os reflexos da sua autoridade. O Santo Ofício partiu à Pernambuco e, como Tribunal da Fé, tinha objetivos coerentes com a mentalidade daquele tempo, de controlar a heterodoxia espalhada por outras crenças e unificar o corpo cristão e político do reino português por meio de suas práticas jurídicas e suas aplicações nos processos. O estudo proposto nesta pesquisa é uma análise da Inquisição portuguesa e suas práticas de justiça como parte do percurso histórico e inserida na sua própria temporalidade.

Dia 2: Quinta-feira, 23/09 – 19h30

Apocalípticos e coloridos: apontamentos sobre o uso de cores no Apocalipse de Lorrvão (Manuscrito Ordem de Cister, Mosteiro de Lorrvão, códice 44)

Prof. Gesner Las Casas Brito Filho (Labora-USP)

Ordem de Cister, Mosteiro de Lorrvão, códice 44, mais conhecido como Apocalipse de Lorrvão é um manuscrito português ricamente iluminado, provavelmente produzido no Mosteiro de Lorrvão por volta de 1189, durante o reinado de D. Sancho I, segundo rei de Portugal. O Apolipse de Lorrvão é uma das cópias do texto chamado de *Commentarium in Apocalypsin* (Comentários Sobre o Livro do Apocalipse) de Beato de Liébana, do século VIII. Hoje o manuscrito se encontra no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em Lisboa. O texto é escrito em latim e a escrita é gótica. Assim como outras cópias do *Commentarium in Apocalypsin*, o Apocalipse de Lorrvão é único em suas dimensões, ilustrações e uso de paleta de cores. Neste manuscrito a paleta de cores restringe-se as cores preta, amarela, laranja e vermelho. Todas elas usadas para colorir o fundo das imagens, deixando as figuras humanas e em primeiro plano, somente com contornos em preto. Discutiremos nesta apresentação este uso de cores de forma não-usual durante a Idade Média Ocidental neste manuscrito.

A análise de Discurso Crítica como metodologia para fontes tardo-antigas: um exercício em *Historiae Adversus Paganos* (século V)

Profa. Ana Carolina Picoli Sotocorno (UNESP/ Franca)

Esta comunicação propõe-se refletir acerca da análise de discurso crítica como metodologia para fontes tardo-antigas. Para tanto, utilizar-se-á a obra *Historiae Adversus Paganos*, escrita por Paulo Orósio entre os anos de 416 e 417 d.C. Nesse sentido, os temas a serem refletidos são: ortodoxia, alteridade, identidade e conflitos com grupos judaicos. Ao longo do século IV, o cristianismo busca se organizar internamente em direção à uma ortodoxia e, em meio a esse movimento, procura definir quem é cristão, o que é essa ortodoxia, e o que é o outro. Também buscar-se-á refletir sobre a correspondência material e teológica desses conflitos, isto é, as disputas territoriais e simbólicas envolvendo ambos os grupos mencionados. A partir da divisão entre "cristãos" e "judeus" nas documentações cristãs produzidas no período, trazer-se-á

para a discussão noções de alteridade e identidade. A metodologia de análise de discurso crítica permite debater sobre as reflexões propostas.

A morte de Herbert II de Vermandois ou a politização da moral cristã

Prof. Bruno Casseb Pessoti (UFBA)

Os livros de História escritos ao longo da Idade Média fornecem um manancial multifacetado de informações sobre os mais variados aspectos da realidade medieval. A apresentação e defesa dos preceitos morais inerentes ao cristianismo saltam aos olhos nessas produções intelectuais, bem como as consequências nefastas para aqueles que resolveram subvertê-los e desrespeitá-los. Isso pode ser verificado em uma das obras mais emblemáticas escritas no século X, os Quatro Livros de História de Richer de Saint Remi. Richer descreveu os eventos que marcaram a turbulenta chegada dos capetíngios ao poder e em sua narrativa as causas e consequências dos principais fatos descritos se encontram umbilicalmente atrelados aos preceitos cristãos que legitimavam e/ou contestavam as ações dos diferentes personagens envolvidos nesse processo. Esta comunicação se propõe a problematizar alguns aspectos inerentes à moralidade cristã – nos moldes em que se manifestava no século X – a partir da análise de representações presentes na obra desse erudito.

Saberes e dizeres: o discurso normativo na Península Ibérica

Prof. Alan Rebouças Pereira (UFBA)

Segundo a pesquisadora Brenda Bolton, no século XII, a Europa ocidental foi marcada por profundas transformações que reestruturaram a sociedade. Além dos aspectos econômicos, políticos e sociais, as aspirações e experiências religiosas passaram a ser um denominador comum nas (re)configurações das relações sociais. No centro dessas transformações estava o projeto reformador papal, em curso, da Sé Apostólica, que somado a uma série de acontecimentos entre os séculos X e XII, auxiliaram no processo de cristianização da Europa ocidental. Nesse sentido, as peregrinações a Santiago de Compostela se tornaram um importante difusor do projeto reformador papal, na Hispânia, tanto pelo intenso “intercâmbio cultural” que ocorria na migração de diversos grupos sociais, de distintas localidades, até a cidade de Compostela, quanto pela estreita relação que o bispo e posterior arcebispo de Compostela, Diego Gelmirez, estabeleceu com a Sé Apostólica. Sendo assim, no intuito de difundir, legitimar e propagandear a peregrinação compostelana, vários documentos foram organizados e produzidos pelas instituições medievais, que auxiliou na construção de uma tradição e experiência religiosa cristã, na Hispânia. Diante disso, o intuito dessa comunicação é discutir, em que medida, as produções sobre a Peregrinação a Santiago de Compostela contribuíram na construção das identidades dos sujeitos no contexto peninsular ibérico.

ST4

A privança como instrumento de poder: aconselhar, prescrever e dominar no Ocidente Medieval (X-XV)

Dia 1: Segunda-feira, 20/09 – 16h

A autoridade feminina de Santa Teresa D'Ávila ao reformar a Ordem dos Carmelitas e ao fundar mosteiros pela Espanha no século XVI

Profa. Maria Júlia Guimarães Salgado (UnB)

Este trabalho propõe um estudo sobre a autoridade da mulher na passagem da Idade Média para a Moderna a partir da análise da obra de Teresa D'Ávila, e tem por objetivo observar as experiências femininas narradas por ela. O projeto reflete como os escritos femininos podem contribuir para uma aproximação às experiências femininas ao longo da história. O estudo das mulheres tem um espaço reduzido na academia, comparativamente, ainda são poucas as pesquisas que tratam da vida das mulheres como tema. Quando se fala da Idade Média, sobretudo, os personagens são, em sua maioria, masculinos. E as mulheres? Quais são os papéis desempenhados por elas? Seus papéis não são de destaque ou os estudos relacionados as mulheres foram escassos? Partiremos de Teresa para observar os debates quanto à autoridade da mulher, mais especificamente, lidaremos com a hipótese de que no século XVI mulheres como Teresa D'Ávila detém autoridade ao posicionarem-se de forma contundente frente à fundação de instituições religiosas.

Considerações acerca da proliferação dos pecados da língua e da presença judaica em Castela (séculos XIII e XIV)

Profª. Letícia Daniele Diniz Vitor (UNICAMP)

Entre os séculos XIII e XIV Castela se vê imersa em um cenário de acentuada expansão da pastoral católica e intenso incentivo à conversão dos judeus. Neste momento, a palavra passava a ser entendida como principal meio de ensino da fé cristã, tornando-se alvo de especial atenção, dada a crescente preocupação com os pecados da língua. A respeito disso, o ex-rabino e converso Alfonso de Valladolid, em seus escritos, voltou-se à correção dos erros e faltas cometidos pelos judeus, buscando estratégias para desnaturalizar o mal e os pecados que habitavam em suas palavras e naturalizar a doutrina cristã. Nesse sentido, esta comunicação pretende dissertar acerca da proliferação dos pecados da língua no seio da Coroa de Castela, examinando as prescrições feitas por Alfonso para a correção das falas judaicas através de seu documento intitulado *Respuestas al blasfemo*.

Inquiridores e Censuais em Perspectiva Comparada: inquirições afonsinas e os censuais brandemburgueses

Prof. Dr. Álvaro Mendes Ferreira (Iterj)

A medievalística portuguesa é pautada por forte viés nacionalista e, em certos casos, um debate historiográfico muito preso à produção francesa (traço este compartilhado com a medievalística brasileira). Um tema que tradicionalmente se aborda desvinculado do panorama europeu é a elaboração de censuais, ou seja, cadastros de bens e direitos senhoriais – laicos, eclesiásticos, monásticos, régios. Como consequência, o ensimesmamento é reforçado pela dificuldade de integração dos censuais portugueses na historiografia que tenta ver o senhorio numa perspectiva mais modelar e teórica: por exemplo, embora abordando a Ibéria, os diversos trabalhos de forte viés teórico do medievalista alemão Ludolf Kuchenbuch desconsideram Portugal, menos por dificuldades lingüísticas do que por bases de diálogo. Pretendemos, contudo, apontar as homologias e as peculiaridades que se podem detectar entre as Inquirições afonsinas de 1220 com os censuais dos margraves de Brandemburgo do século XIV, em especial o de 1375. Compararemos a posição social dos inquiridores, o escopo das perguntas, os indícios de manipulação das informações pelos diversos interessados, a forma de registro e o propósito dos censuais.

Enquadramento Senhorial da Natureza: as coutadas régias na ascensão de Avis ao trono português

Prof. Me. Matheus Bastos Tarjano Santos
(Doutorando – PPGH-UFF/ Translatio Studii/CCCP-PréK)

A apropriação da natureza é um elemento fundamental para a estruturação e para a reprodução das sociedades humanas. Como ser social, os seres humanos não podem se furtar de um ato incontornável e garantidor de sua existência concreta: a produção. Essa eterna necessidade de produzir é um imperativo fisiológico sobre o conjunto dos indivíduos, e justamente por se impor sobre o conjunto da humanidade, é também, necessariamente, um ato social determinado. Se a necessidade de se apropriar da natureza é uma condição eterna, a forma como ela ocorre não pode ser homogeneizada, e as formas determinadas de se produzir são sempre históricas. O tempo é o elemento fundamental que concretiza as relações sociais no amplo espectro das experiências históricas, e para a Idade Média Ocidental não é diferente. Sendo assim, esta apresentação tem objetivo refletir sobre dois aspectos fundamentais e interdependentes. O primeiro deles, a alienação de parcelas da natureza da posse do campesinato português; o segundo, a forma como os reis portugueses chancelaram as restrições senhoriais aos usos da natureza utilizando formas de favorecimento decorrentes de laços de pessoalidade e vínculos de subordinação entre as famílias aristocráticas e as famílias régias durante o contexto de transição da dinastia de Bragança para a dinastia de Avis nos finais do século XIV.

Dia 2: Quarta-feira, 22/09 – 16h

As estratégias de propaganda alfonsina na legitimação das suas relações com a aristocracia castelhana em meados do século XIII

Profa. Dra. Renata Vereza (UFF)

No processo de afirmação das monarquias europeias diferentes foram as estratégias estabelecidas pelos monarcas com a perspectiva exercício do poder. Isso implicou no estabelecimento de distintos níveis de relações hierarquizadas com os grupos com os quais a monarquia dividia sua atuação dentro de um contexto de soberanias parceladas. Alfonso X de Castela, fez uma aposta arriscada ao restringir a distribuição de grandes senhorios laicos na Andaluzia. Evitou-se a concentração de terras nas mãos da aristocracia, a exceção da família real, alguns bispados e ordens militares, agraciados com quantidades enormes de terras e que atuaram como baluartes significativos da sua autoridade. A estratégia de limitar a concentração de terras nas mãos da aristocracia tinha como objetivo o fortalecimento do poder real, mas, entretanto, não foi bem-sucedida e elevou as pressões internas. Em 1272 irrompe uma rebelião nobiliárquica que acabou por lançar o reino em uma guerra civil. Situação que se repetiria na década seguinte sempre tendo a aristocracia à frente. Esses embates emergem nas fontes, onde é possível perceber o nível de relação pessoal entre o rei e aristocratas que, ao serem aliçados dos núcleos de poder e verem sua capacidade fundiária limitada, reagem desestabilizando o reino. Pretende-se aqui analisar os registros destes conflitos nas Cantigas de S. Maria e a forma como Alfonso pretendeu buscar apoio “público” para seus posicionamentos em relação a esses aristocratas.

Instrumentos de poder e organização institucional: os ofícios domésticos nas Ordenações de Corte de Pedro IV de Aragão (1344)

Prof. Me. Renato Toledo Silva Amatzuzi (Doutorando – UFPR)

A Casa Real era a organização administrativa central da monarquia medieval. A partir do século XIV ocorreu gradativamente uma mudança interna, dividindo-a em duas categorias: a Casa passou a designar todas as funções e ofícios de caráter preferencialmente doméstico-privado. Na Coroa de Aragão, iniciou-se um processo de organização e sistematização dos ofícios domésticos pensados pelo monarca Pedro IV, o Cerimonioso (1319-1387, rei desde 1336) através do documento normativo chamado As Ordenações de Corte de Pedro IV (1344). Uma das principais funções das Ordenações era reforçar a legitimação, a dignidade e a sacralidade régia, demonstrando o caráter de autoridade. O objetivo dessa apresentação é analisar os ofícios domésticos relacionados à alimentação, subdivididos em três grupos: abastecer, preparar e servir. O destaque dado a eles deve-se ao fato do medievo compreender o corpo do rei em dois aspectos: político e biológico, comparando a sociedade ao corpo humano consoante com a metáfora organicista. Sendo assim, o corpo do monarca era alvo de constante vigília, atenção e cuidados redobrados em relação à sua convalescência e dieta, pois a saúde do rei era a esperança de saúde do povo.

Monarquia como objeto de disputa entre as elites senhoriais

Prof. Dr. Almir Marques de Souza Junior
(Universidade Castelo Branco)

Ao longo do século XIII os reinos de Castela e Leão realizaram uma expansão sem precedentes de seus territórios sobre o sul da Península Ibérica. Lá, os antigos principados de “taifas” foram sendo vencidos e anexados por seus vizinhos cristãos até que só restasse um último reduto islâmico na Europa, o reino de Granada. Tais conquistas não mudaram apenas as fronteiras da cristandade ibérica, mas ao fim do processo também ocorreu, em 1230, a unificação dos territórios castelhano-leoneses sob um mesmo monarca, Fernando III (1217-1252). Todavia, tanto a iniciativa expansionista quanto a união das coroas tiveram como pano de fundo a ação da aristocracia nobiliárquica, influenciando as atitudes do governante ou até mesmo tutelando a pessoa do rei. Sendo assim, nos propomos neste espaço a realizar uma breve reflexão sobre como o rei e a própria instituição monárquica foram objetos de disputa e conflito protagonizado pelos membros da elite terratenente daquele reino. Para tanto, analisaremos o documento hoje conhecido como “Crónica Latina de Los Reyes de Castilla”, compilado ainda na primeira metade daquela centúria.

A fonte Histórica de Al-Andalus de Ibn Al-Kardabus

Prof. Éderson José de Vasconcelos (UNIFAL)

A fonte Histórica de Al-Andalus de Ibn Al-Kardabus, traduzida e organizada pelo filólogo Felipe Maíllo Salgado, busca narrar os principais feitos muçulmanos no território Ibérico, durante o califado Omíada (711-1031). No entanto esta documentação foi elaborada posterior a este período, esta obra foi pensada e complicada na corte Almóadas. Nosso objetivo nesta comunicação é demonstrar como os Almóadas desenvolveram sua própria perspectiva de reconquista, pois os mesmos se organizavam com foco em uma expansão territorial que buscava recuperar e reestruturar a antiga unidade política muçulmana peninsular “Al-Andalus”; assim também buscavam conter o avanço castelhano no território Ibérico. Neste sentido estamos demonstrando uma interpretação ainda em desenvolvimento, pela historiografia contemporânea, pois são poucas as obras que buscam compreender como este grupo muçulmano aplicou a sua guerra como mecanismo de dominação contra os cristãos. Como justificativa para a presente comunicação temos como foco a busca por umas novas compreensões a respeito dos Almóadas, uma vez que a historiografia tradicional só os apresenta como sendo muçulmanos radicais e extremamente violentos. Nesta prerrogativa do presente trabalho, iremos demonstrar a reconquista que estes mouros buscavam no território peninsular.

ST5

Quarta-feira, 22/09 – 16h

Instruir em letras cristãs na América colonial

El "confesionario breve" de Fray Alonso de Molina (1565). Una muestra de la disciplina penitencial en el Nuevo Mundo

Prof. Dr. Manuel Ortuño Arregui
(Instituto Superior de Ciencias y Educación – CUISCE)

La presencia religiosa en la América colonial en sus inicios estuvo marcada por la labor evangelizadora encomendada a los misioneros (franciscanos, dominicos, agustinos y jesuitas)- que llegaron a lo largo del siglo XVI. Durante este período, el clero de estas diferentes órdenes mendicantes tenía como propósito la evangelización en el Nuevo Mundo. Como ya hemos indicado, entre las órdenes que tuvieron esta misión, estaba la Orden Franciscana, donde uno de sus misioneros en México Fray Alonso de Molina se especializó en náhuatl y se convirtió en un escritor que destacó en su tarea de intérprete, e incluso, de maestro de los doce franciscanos que llegaron a México en junio de 1524. Su misión era predicar a los indígenas, y por tanto actuar como confesor y predicador de indios y de españoles. De todas sus obras únicamente están impresas una doctrina pequeña, un confesionario breve y otro mayor, y el vocabulario en lengua castellana y mexicana. En esta exposición nos centraremos en el “Confesionario breve, en lengua mexicana y castellana”, (México, 1565), cuyo contenido consta de ciento cuarenta y tres preguntas, con sus correspondientes respuestas, sobre los mandamientos, más otras diecisiete sobre los pecados de soberbia, avaricia, gula y pereza. Esta temática hace de este confesionario una herramienta fundamental para la evangelización.

Os indígenas e a fé cristã na Peregrinação de Bartolomé Lorenzo, de José de Acosta (1586)

Prof. Dr. Luís Guilherme Assis Kalil (UFRRJ)

A apresentação visa analisar a Peregrinação de Bartolomé Lorenzo, breve relato composto pelo jesuíta espanhol José de Acosta enquanto vivia em terras americanas. Português natural de Laguna de Navarro, Bartolomé Lorenzo teve uma trajetória extremamente atribulada – enfrentou naufrágios, piratas, prisões, doenças, terremotos, ataques de animais, entre outros percalços – até se tornar jesuíta, quando passa a narrar sua vida a seus companheiros inicianos. Entre eles, estava Acosta, que enviou, em 1586, uma carta narrando a trajetória de Lorenzo para Cláudio Acquaviva, então superior geral da Companhia de Jesus. Para além do extenso debate acadêmico sobre a existência ou não de Bartolomé Lorenzo e até que ponto o relato de Acosta seria fidedigno, pretendemos analisar as reflexões feitas pelo autor em relação à conversão dos indígenas a partir da trajetória de Lorenzo, comparando-as com outros escritos do próprio jesuíta.

A oficina de Miguel Deslandes e os escritos jesuíticos em Portugal na segunda metade do século XVII

Profa. Dra. Ane Luíse Silva Mecnas Santos (UFRN)

O presente trabalho visa analisar o papel da tipografia Miguel Deslandes para difusão da produção jesuítica em Portugal na segunda metade do século XVII. Através da produção de obras que remetem às experiências missionárias dos jesuítas, se torna possível compreender também como se deu a circulação dos saberes que seus autores sistematizaram e qual era seu potencial público leitor. Por meio do cotejo da documentação administrativa, epístolas e impressos, buscou-se analisar os interesses que cercavam a publicação de livros nesse período.

ST6

Terça-feira, 21/09 – 14h

Conselho e aconselhamento na Península Ibérica

Poder e escrita: as composições entre o rei D. Dinis e o infante D. Afonso, senhor de Portalegre (1281-1312)

Prof. Dr. Carlos Eduardo Zlatic
(Núcleo de Estudos Mediterrânicos-UFPR)

O reinado de D. Dinis (1261, 1279-1325) foi marcado por disputas entre ele e o seu irmão, o infante D. Afonso, que possuía um amplo domínio senhorial – outorgado por seu pai, o rei Afonso III (ca. 1215, 1248-1279) – na região fronteiriça do Algarve com Castela. A partir dessa base, D. Afonso protagonizou três revoltas contra o monarca português nos anos de 1281, 1287 e 1299. Em todas essas insurgências, sufocadas e vencidas por D. Dinis, a composição entre os irmãos foi firmada por meio de acordos registrados em documentos chancelares. Considerando a emergência dos registros escritos para a estruturação e o fortalecimento do poder régio a partir do século XIII, com avanço nas centúrias seguintes, propõe-se analisar os acordos firmados entre D. Dinis e o infante D. Afonso por meio da perspectiva da afirmação do poder monárquico e do recurso ao registro da memória das composições. Dessa forma, objetiva-se compreender as mudanças experimentadas pela função régia quando a espada passou a ser acompanhada pela pena.

As prescrições régias e pontificias nas doações e privilégios concedidos à Ordem Militar do Hospital em Portugal (Séculos XII-XV)

Prof. Dr. Dirceu Marchini Neto (UNIFESP)

A Ordem do Hospital esteve presente na Península Ibérica desde os primeiros anos do século XII e atuou de forma muito significativa ao longo dos caminhos de Santiago. No norte de Portugal desempenhou importante papel na organização do território, além da assistência aos peregrinos. A existência dos hospitalários no noroeste ibérico teve como sustentáculo as doações e privilégios régios e pontificios dos reis de Castela, Leão e

Portugal e dos Sumos Pontífices. Em nossa pesquisa analisamos justamente essas doações e privilégios recebidos pelos freires da Ordem do Hospital em Portugal e as prescrições régias e pontificas que acompanhavam esses benefícios.

D. Afonso, conde de Barcelos e duque de Bragança (c.1371-1461), e as ambivalências do aconselhamento no Portugal quatrocentista

Prof. Dr. Douglas Mota Xavier de Lima (UFOPA)

Filho natural de D. João I, rei de Portugal e fundador da dinastia de Avis, D. Afonso (c.1371-1461) foi uma personagem proeminente da sociedade política portuguesa de finais da Idade Média, sendo o 8º conde de Barcelos e o 1º duque de Bragança. Sua longevidade o colocou entre os protagonistas de importantes acontecimentos da história de Portugal, por vezes, na condição de conselheiro real, atividade atestada, por exemplo, pelos conselhos acerca das campanhas militares no norte da África entre o reinado de D. João I, D. Duarte e D. Afonso V. Durante o período do Africano, na posição de duque de Bragança, chegou a ocupar o governo do reino por ocasião da ausência do rei, o que reforça sua imagem de homem de confiança dos monarcas de Avis, ligando-o ao ideal de bom conselheiro vigente. Apesar disso, a memória histórica acerca de D. Afonso é controversa, especialmente pela culpabilização relacionada ao conflito de Alfarrobeira, guerra civil que levou o infante D. Pedro à morte em batalha (1449). D. Afonso aparece representado pelos cronistas, sobretudo por Rui de Pina, em termos depreciativos, como “falsidade”, “crueldade” e “malícia”, responsável por (mal) aconselhar o jovem rei ao equívoco da guerra. Aproveitando a temática do evento, a comunicação toma como base de reflexão a vida e a memória cronística de D. Afonso para problematizar as ambivalências do aconselhamento na sociedade quatrocentista portuguesa.

Conselhos sobre a educação política medieval no Livro da Doutrina

Prof. Dr. Luciano José Vianna (UPE)

A educação dos personagens que futuramente seriam reis no período medieval era entendida como a realização de um caminho espiritual e material com o objetivo específico de capacitá-los para desempenhar, futuramente, a função de rei. Neste sentido, recuperações de exemplos do passado para serem utilizados em um contexto contemporâneo também foram ações realizadas em termos de educação política medieval vinculada a questões dinásticas. Havia, portanto, a necessidade de preparar o futuro representante do território para que o mesmo respondesse de acordo com sua importância social. Uma das formas de se realizar tal preparação foi através da utilização pedagógica de um gênero literário muito conhecido na época, os chamados espelhos de príncipes, obras que continham um caráter exemplar no sentido de formação dos futuros líderes das realidades políticas medievais. Tais obras se caracterizam pelo seu conteúdo pedagógico com base no ensinamento de exemplos e, através das mesmas, podemos nos aproximar às especificidades da formação política medieval. Em uma de nossas recentes experiências com fontes medievais realizamos a tradução da obra intitulada *Livro da Doutrina (Llibre de Doctrina)* – também conhecida como *Llibre de Saviesa, Llibre del rei En Jaume, Llibre de nodriment de reis* – a qual foi elaborada com uma finalidade didática, provavelmente destinada aos condes de Barcelona e reis de Aragão e composta durante o reinado do rei Jaime I de Aragão, o Conquistador (1214-1276). Trata-se de uma obra de regimento de príncipes e um livro de provérbios, classificado dentro da literatura sapiencial e que pertence à tradição de

livros sobre Alexandre o Grande. O *Livro da Doutrina*, cujo conteúdo é composto por máximas morais, tem como objetivo a preparação educacional do futuro rei por meio do estudo e da prática de provérbios de caráter moral, comportamental e governamental, direcionando, assim, seus leitores, através de conselhos, a conseguir a boa fama na vida terrena. Nesta comunicação, nosso objetivo é apresentar o *Livro da Doutrina*, analisando o conteúdo do mesmo e principalmente o capítulo intitulado “Este é o livro que fez Aristóteles e o enviou a Alexandre e o intitulou Livro sobre como ordenar o reino”.

“Eu, o sábio, tenho por amigo a Prudência”: aconselhar e deliberar nas monarquias ibéricas do século XVI

Prof. Dr. Marcello José Gomes Loureiro (Escola Naval)

Ao longo do século XVI, mas sobretudo em sua segunda metade, verifica-se uma expansão e especialização dos tribunais palacianos nas monarquias ibéricas. Tal processo, que conta com distintas explicações e facetas, desenrola-se em simultâneo a uma reflexão abrangente acerca da validade e benefício de se deliberar de forma colegiada. Em geral, defendia-se que os conselhos régios eram considerados tradicional e comumente espaços em que o rei poderia exercitar ou preparar certas virtudes, como a prudência e a sabedoria. Constrangiam a ação régia, ainda que nem sempre o rei se subsumisse a esses Conselhos, e promoviam, no limite, um afastamento da tirania. Disso resultava, conforme o discurso político da época, que a deliberação em assembleia era aquela que privilegiava o “acerto da prudência” e o respeito ao bem comum. Assim, em face desse discurso, esta comunicação tem por propósito não apenas localizar os Conselhos Superiores na tratadística jurídico-política, mas também discutir o papel desses tribunais e de sua expansão na cultura política ibérica quinhentista.

Aconselhamento e modelos femininos nas crônicas de Avis (Portugal, séc. XV)

Profa. Dra. Miriam Coser (UNIRIO)

Os primeiros reis e príncipes da dinastia de Avis em Portugal foram profícuos na produção de uma literatura de aconselhamento e de estabelecimento de modelos de comportamento que coadunavam com o projeto de afirmação da nova dinastia. D. João escreveu o *Livro da Montaria*, D. Pedro é autor do *Livro da Virtuosa Benfeitoria*, D. Duarte produziu o *Leal Conselheiro* e o *Livro da Enseñança do Bem Cavalgar Toda Sela* e os cronistas contratados pela dinastia avisina escreveram diversas obras de memória do reino. O conjunto dessa literatura apresenta características distintas, configurando tratados técnicos, espelhos de príncipes, aconselhamentos propriamente ditos e crônicas reais, mas demonstra um esforço de produção de memória por um lado e de projeto de ação por outro. Analisaremos aqui especificamente o caso da produção dos primeiros cronistas de Avis no que se refere aos modelos femininos apresentados e os conselhos daí advindos para as mulheres do reino.

El papel de los consejeros en la construcción de la política exterior castellana en época bajomedieval

Prof.. Dr. Néstor Vigil Montes
(Universidad de Murcia)

Bajo la premisa de que la dirección de la política exterior era una prerrogativa exclusiva del soberano, sabemos que esa última decisión muchas veces era fruto de seguir las opiniones emitidas por algún órgano consultivo. En la Castilla bajomedieval no existía un consejo especializado en política exterior, de hecho, el primer antecedente del actual Ministerio de Exteriores es la constitución de la Secretaría de Estado por Carlos I en 1516, por lo que la labor de consejo tuvo que ser llevada a cabo por órganos como el Consejo Real o por las Cortes. Nuestro objetivo es la reconstrucción del *modus operandi* en el consejo sobre temas de política exterior, y en el caso del Consejo Real, la inexistencia de actas generadas en las reuniones del Consejo Real implica que debemos acudir a menciones indirectas en otras fuentes como las crónicas, la correspondencia o la documentación enviada a los concejos. Otra cuestión interesante es el análisis de la formación de los miembros del Consejo Real en cuestiones de política exterior, por lo que resulta interesante observar hasta qué punto resultaba importante el desempeño de labores diplomáticas en el *cursum honorum* de aquellas personalidades que aspiraban a formar parte del Consejo Real. Con todo ello trazaremos un esbozo del papel de la figura del consejero en la política exterior castellana en época bajomedieval.

ORGANIZAÇÃO

Grupo "O Ensino da Fé Cristã na Península Ibérica"
Coordenação: Leandro Alves Teodoro (Unicamp/Unesp)

COMISSÃO CIENTÍFICA

Ana Paula Tavares Magalhães (USP)
Leandro Alves Teodoro (Unicamp/Unesp)
Renata Cristina de Sousa Nascimento (UFG/Puc-Goiás/UEG)
David Nogales Rincón (UAM)
Maria Filomena Andrade (AAUAb)

MONITORES

André Silva Ranhel
Arthur Rocha Martins Rodrigues Teixeira
Catherine Peggion Hergert
Diovani Matheus Marques
Flávia Mosso Dario
Giovanna de Campos Mauro
Guilherme Barbosa dos Santos
João Pedro Tucci Lopes
Laura Andrade Delavalentina
Leticia Daniele Diniz Vitor
Lívia Alves dos Santos
Maria Clara Camargos Teles
Miguel da Cruz Almeida Rocha
Nicollas Douglas de Souza Pereira
Sofia Guedes Schulte Ulguim
Wilson Gabriel Marques Oliveira

APOIO:

Programa de Pós-Graduação em História (IFCH)

Departamento de História (IFCH)

Secretaria de eventos (IFCH)



UNICAMP



UNICAMP



O Ensino
da Fé Cristã na
Península Ibérica
(sécs. XIV, XV e XVI)

